



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**Título:**

**Assédio Sexual na Universidade Eduardo Mondlane: Um Estudo sobre o Processo de Constituição da Denúncia e Não Denúncia por Parte das Estudantes, Cidade de Maputo.**

Monografia Apresentada em Cumprimento Parcial dos Requisitos Exigidos para a Obtenção do Grau de Licenciatura em Sociologia, na Universidade Eduardo Mondlane.

**Autora:** Euridese Guilhermina Samuel

**Supervisora:** Prof<sup>ª</sup>. Doutora Rehana Capurchande

Maputo, Junho de 2022

Universidade Eduardo Mondlane  
Faculdade de Letras e Ciências Sociais  
Departamento de Sociologia

**Autora:**

Euridese Guilhermina Samuel

**Título:**

**Assédio Sexual na Universidade Eduardo Mondlane: Um Estudo sobre o Processo de  
Constituição da Denúncia e Não Denúncia por Parte das Estudantes, Cidade de Maputo.**

Monografia Apresentada em Cumprimento Parcial dos Requisitos Exigidos para a Obtenção do  
Grau de Licenciatura em Sociologia, na Universidade Eduardo Mondlane.

Maputo, Junho de 2022

Universidade Eduardo Mondlane  
Faculdade de Letras e Ciências Sociais  
Departamento de Sociologia

**Autora:**

Euridese Guilhermina Samuel

**Título:**

**Assédio Sexual na Universidade Eduardo Mondlane: Um Estudo sobre o Processo de Constituição da Denúncia e Não Denúncia por Parte das Estudantes, Cidade de Maputo.**

Monografia Apresentada em Cumprimento Parcial dos Requisitos Exigidos para a Obtenção do Grau de Licenciatura em Sociologia, na Universidade Eduardo Mondlane.

O júri

**A Supervisora**

**O Presidente**

**O Oponente**

---

---

---

Maputo, Junho de 2022

## **Declaração de Honra**

Eu, Euridese Guilhermina Samuel, declaro por minha honra que o presente trabalho, que apresento como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciatura em sociologia, no Departamento de Sociologia da Universidade Eduardo Mondlane, nunca foi apresentado para a obtenção de outro grau académico, pelo que, o trabalho é fruto de minha investigação individual, o que pode ser comprovado pela bibliografia referente às fontes que usei durante o processo de pesquisa.

---

(Euridese Guilhermina Samuel)

## **Dedicatória**

À todos que me tem apoiado, especialmente, ao meu pai, Vasco Samuel, e à minha mãe, Juliana Celeste Nhamuende.

- Que Deus permita que ambos assistam mais glórias!

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar, quero agradecer à Deus todo-poderoso por sempre me dar força, sabedoria e conhecimento para trilhar os meus caminhos. De seguida, agradecer ao meu pai, Vasco Samuel, à minha mãe, Juliana Nhamuende, e às minhas irmãs, Mercedes Samuel e Malaica Samuel, por terem me apoiado directamente durante todo o curso.

Na academia, agradecer imensamente à Prof<sup>a</sup>. Doutora Rehana Capurchande, minha supervisora, pelas oportunidades que me tem dado e pelo suporte incondicional; na mesma ocasião, agradecer também ao Dr. Obede Baloi que tem sido uma das minhas grandes referências. Serei sempre grata a si pela abertura e disponibilidade demonstradas para comigo durante o meu percurso académico e ao Dr. Baltazar Muianga pelo apoio e amizade. Não poderia deixar de agradecer a todos os professores do Departamento de Sociologia da Universidade Eduardo Mondlane – UEM por terem me tornado o tipo de estudante que hoje sou.

Às minhas amigas, Ester Baptista e Esménia Pedro pelos momentos maravilhosos que me têm proporcionado, às minhas colegas de grandes lutas, Dúlcia Wacitela, Teresa Taibo, Mayela Ricardo e Carlota Halafo, meu muito obrigada pelo companheirismo e partilha de conhecimento.

-Que a virtude prevaleça e Deus continue iluminando os nossos sonhos!

Por fim, agradecer às minhas entrevistadas pela sua participação no estudo, bem como pela atenção à mim prestada uma vez que sem elas, esse trabalho não teria sido materializado.

- Muito obrigada!

## Resumo

Esta pesquisa versa sobre o processo de constituição da denúncia e não denúncia por parte das estudantes que sofrem assédio sexual no Campus da Universidade Eduardo Mondlane. O objectivo do estudo era de compreender os caminhos pelos quais as estudantes percorrem até decidir denunciar e não denunciar os casos de assédio sexual. A pesquisa adoptou o método qualitativo, tendo como técnica de recolha de dados a entrevista em profundidade. A amostra foi constituída por 8 (oito) estudantes, definidas por saturação. A selecção das estudantes entrevistadas foi feita de forma intencional combinada com a bola de neve.

A teoria usada foi a do sujeito, de Alain Touraine, que parte do princípio de que o Homem se caracteriza, acima de tudo, pela superação de uma situação, daquilo que consegue fazer com o que fizeram dele, ainda que nunca se reconheça na sua objectivação. A teoria é guiada pelas noções de indivíduo, sujeito e actor social das quais são descritas numa perspectiva de agenciamento. Estas noções acompanham todo o processo de constituição de denúncia e não denúncia dos casos de assédio sexual.

O estudo constatou que, durante o processo de denúncia e não denúncia dos casos de assédio sexual, as estudantes apresentam condutas de indivíduo, onde tendem a agir de acordo com as relações específicas do espaço universitário e condutas de sujeito e actor social onde as acções são produto das experiências concretas que reflectem a vontade de reafirmar sua identidade pessoal e necessidade de controlar suas condições de existência. Também se verificou que é a partir do desenvolvimento da consciência do sujeito que as estudantes passam a ter uma autodeterminação para criar estratégias com vista a resistir ao assédio sexual e entrar em conflito com as forças macro e microsociais que lhe impedem de se reflectir nas suas relações sociais. Portanto, a este nível de consciência a decisão de denunciar e não denunciar é uma escolha que depende, em grande parte, da subjectividade pessoal dos que se opõem e reivindicam essas práticas.

**Palavras-chave:** Estudantes do Ensino Superior, Denúncia e Não Denúncia, Assédio Sexual, UEM.

## **Abstract**

This research is about the process of constituting the reporting and non-reporting by students who suffer sexual harassment on the campus of Eduardo Mondlane University. The objective of the study was to understand the paths students take to decide to report and not to report cases of sexual harassment. The research adopted a qualitative methodology, using the in-depth interview as the data collection technique. The sample consisted of 8 (eight) students, defined by saturation. The selection of the interviewed students was done in an intentional manner combined with snowballing.

The theoretical debate was centered on Alain Touraine's theory of the subject which assumes that man is characterized, above all, by the overcoming of a situation, of what he manages to do with what they have made of him, even if his objectification is never recognized. The theory is guided by the notions of individual, subject, and social actor of which are described from an agency perspective. These notions accompany the whole process of constituting the reporting and non-reporting of sexual harassment cases.

The study found that during the process of reporting and not reporting cases of sexual harassment, students tend to present behaviors of individual in which they tend to act according to the specific relations of the university space and behaviors of subject and social actor where the actions are the product of concrete experiences that reflect the will to reaffirm their personal identity and the need to control their conditions of existence. It was also found that it is from the development of the consciousness of the subject that the students become self-determined to create strategies to resist sexual harassment and conflict with the macro and micro-social forces that prevent her from being reflected in her social relationships. Therefore, at this level of consciousness the decision to report and not report is a choice that depends largely on the personal subjectivity of those who oppose and claim these practices.

**Keywords:** Higher Education Students, Reporting and Non-Reporting, Sexual Harassment, EMU.



## **Índice**

Declaração de Honra.....	I
Dedicatória.....	II
Agradecimentos .....	III
Resumo .....	IV
Introdução .....	1
Capítulo I .....	4
Revisão da Literatura .....	4
Capítulo II.....	14
Enquadramento Teórico e Conceptual.....	14
2.1. Teoria do Sujeito de Alain Touraine .....	14
2.2. Quadro Conceptual e Operacional .....	16
2.2.1. Processo da Denúncia e não Denúncia.....	16
Capítulo III.....	22
Metodologia .....	22
3.1. Método de Abordagem.....	22
3.2. Técnica de Recolha de Dados .....	23
3.3. População e Unidade de Análise .....	24
3.4. Amostra e Teoria de Amostragem .....	24
3.5. Questões Éticas .....	25
3.6. Técnica de Análise de Dados .....	26
3.7. Constrangimentos da Pesquisa e Formas de Superação.....	27
Capítulo IV.....	28
Análise e Interpretação dos Resultados .....	28
1. Características Sócio Demográficas das Entrevistadas.....	28
2. Representações Sociais Sobre a Universidade Como Espaço Social .....	30
3. Assédio Sexual na Universidade.....	33
3.1. Experiências de Assédio Sexual no Espaço Universitário.....	35
4. Motivações Sociais que Levam as Estudantes a Denunciar e não Casos de Assédio Sexual na Universidade .....	38
4.1. Motivações Para a Denúncia .....	38
4.2. Motivações Para a não Denúncia .....	40
4.3. Os Caminhos que Levam a Constituição da Denúncia .....	42

4.4. Caminhos Para a Constituição da não Denúncia.....	45
Considerações Finais .....	47
Referências Bibliográficas .....	50
Anexo1 .....	55
Anexo 2.....	57



## Introdução

O campo de estudo sobre o assédio sexual é muito vasto e os estudos já realizados têm se focado principalmente nas suas causas e consequências. Ademais, a compreensão das dinâmicas sobre este fenómeno ainda é bastante limitada. Assim sendo, este estudo visa compreender os caminhos que levam à denúncia e não denúncia do assédio sexual por parte das estudantes do ensino superior da Universidade Eduardo Mondlane.

Como forma de alcançar o objectivo geral, analisou-se o perfil sociodemográfico das estudantes do ensino superior, bem como as representações sociais que elas fazem sobre a universidade. Além disso, procurou-se perceber a visão das estudantes sobre o assédio sexual, assim como as motivações que levam cada uma delas a denunciar, ou não os casos de assédio sexual na universidade. Examinou-se também os possíveis caminhos que levam as estudantes a optar por denunciar e não denunciar os casos de assédio sexual.

O trabalho de campo foi realizado no Campus da Universidade Eduardo Mondlane, de concreto, na Faculdade de Letras e Ciências Sociais. A escolha deste local deve-se ao facto de a pesquisadora ter tido conhecimento, antes desta pesquisa, de algumas estudantes que sofreram assédio sexual por parte dos professores e, algumas delas, terem lhe confessado. Um outro motivo reside no facto de ainda existir poucos estudos empíricos que debruçam acerca do assédio sexual nas universidades. Esses estudos falam pouco sobre a denúncia e não denúncia numa perspectiva de agenciamento.

O assédio sexual é um dos problemas sociais que, nos últimos anos, tem afectado às mulheres e raparigas. Estudos internacionais consideram que o assédio sexual é um fenómeno que ocorre em todos os espaços da vida quotidiana, sendo uma prática mais predominante nos espaços organizacionais na qual a mulher tem sido, na maioria dos casos, a mais afectada devido à sua condição de subordinação em relação ao seu superior (Da Silva, 2017, dos Santos, 2016 e, Barroso *et al.*, 2019). Portanto, tem se verificado que esse tipo de prática não está restrito apenas à esse tipo de ambiente uma vez que os outros espaços como, por exemplo, as escolas e universidades também dispõem de estruturas hierarquizadas.

A crítica que se levanta a estes estudos é de que as acções que visam reprimir as raparigas não podem ser justificadas e legitimadas pelo patriarcalismo, ou seja, o assédio sexual, como todo o tipo de violência contra a outra pessoa, não pode ser visto como uma questão cultural, ou religiosa, mas sim como um problema que põe em causa os direitos humanos.

Ao nível nacional, dos poucos estudos que esta pesquisa teve acesso, destaca-se o estudo da Universidade Eduardo Mondlane (UEM, 2019) no âmbito da estratégia de género 2020-2030. A estratégia de género considera que no ensino superior, o assédio sexual é caracterizado por comportamentos aliantes baseados em troca de favores sexuais em benefício de notas, ou emprego e um dos maiores problemas que as estudantes, que sofrem assédio têm enfrentado para dar seguimento com a denúncia reside no facto de elas deverem reunir provas e evidências contundentes para tal.

Um outro estudo realizado pelo Movimento de Educação para Todos (MEPT, 2019) mostra que as estudantes das escolas e universidades da cidade de Maputo confrontam-se diariamente com problemas relacionados ao assédio sexual por parte dos professores, colegas e funcionários. Entretanto, num total de 386 estudantes assediadas, somente 90 casos é que foram conhecidos formalmente nas instituições de ensino. Dos 90 casos, somente em 51 deles, os seus promotores foram sancionados, em 17 não foram tomadas as medidas de sanção contra seus perpetradores e em 22, segundo o estudo, não se sabe, na verdade, o que foi feito aos promotores do assédio sexual (MEPT, 2019).

Um ponto crítico que se pode verificar nesses estudos é que os dados estatísticos não são acompanhados de uma análise teórica-explicativa, assim como não consideram o significado que o acto de ceder, ou não ao assédio toma quando inseridas no contexto sociocultural de realização e os objectivos dos actores circunscritos nesta relação.

Deste modo, o presente estudo mostra-se relevante pelo facto de, diferente dos outros, trazer uma discussão do assédio sexual numa dimensão microsocial dos processos de denúncia e não denúncia. Além disso, o estudo permite evidenciar a capacidade reflexiva e o potencial transformador que as estudantes, que sofrem o assédio, têm quando decidem denunciar e não os casos de assédio sexual na universidade. Deste modo, o estudo partiu do pressuposto de que as estudantes são sujeitos reflexivos, capazes de analisar as condições sociais que lhe são impostas e de construir actos de resistência que possibilitam a constituição da denúncia e não denúncia. Sendo assim, urge questionar o modo pelo qual se dá o processo de constituição da denúncia e não denúncia por parte das estudantes que sofrem o assédio sexual.

A propósito, elegeu-se a teoria de sujeito de Alain Touraine. Esta teoria considera que o sujeito se constrói por si mesmo a partir da consciência da sua experiência no mundo, da luta pelo seu reconhecimento como pessoa de direito e pela capacidade de exercer o seu direito de fazer

escolhas e decidir em relação ao curso da sua história. Metodologicamente, o estudo procedeu de modo qualitativo, tendo como técnica de recolha de dados a entrevista em profundidade. A amostra foi constituída por 8 (oito) estudantes e a selecção foi feita de forma intencional combinada com a bola de neve.

Estruturalmente, este estudo encontra-se disposto da seguinte forma: no primeiro capítulo se apresentou a revisão da literatura e o problema de pesquisa. Nesta fase, se discutiu as diversas formas de como o assédio sexual é discutido e se fez uma elaboração sucinta dos dados obtidos na revisão da literatura com vista a demonstrar como o problema foi construído e a respectiva pergunta de partida; no segundo capítulo consta o quadro teórico cujo objectivo é de mostrar como o autor discute os fenómenos microsociais e como ele auxilia na leitura do fenómeno em questão; o terceiro capítulo consiste na descrição dos processos metodológicos, isto é, nas técnicas de recolha de dados usadas, o universo e técnicas de amostragem, os princípios éticos e, por último, as técnicas de análise de dados;

No quarto capítulo se fez a análise e a interpretação dos dados recolhidos no campo. Este capítulo encontra-se disposto em quatro secções, nomeadamente: na secção I, se apresentou os dados referentes às características sociodemográficas das estudantes; na II, as representações sociais sobre a universidade; na III, o Assédio Sexual na Universidade; e, por fim, na IV, os processos de constituição da denúncia e não denúncia. Após o quarto capítulo, segue o quinto, onde se apresentou a conclusão que resulta de um trabalho exaustivo de revisão de literatura, recolha de dados, análise e interpretação dos dados. Por fim, se pode encontrar o sexto capítulo, referente às referências bibliográficas consultadas ao longo da elaboração do trabalho.

## Capítulo I

### Revisão da Literatura

Da revisão da literatura feita, se observou que existem estudos que discutem sobre o assédio sexual em quatro abordagens, nomeadamente: a primeira, a abordagem Legal dos Direitos Humanos na qual se destacam os autores como (Magalhães, 2011, Coelho, 2008, Teles, 2012 e Cunha, 2017); de seguida, a abordagem construtivista defendida por (Freitas, 2001); a terceira é referente à desigualdade de género, onde encontrou-se autores como (Torres, 2016, UNFPA *et al.*, 2009, Higa, 2016, Morais, 2015, Da Silva, 2017, dos Santos, 2016 e, Barroso *et al.*, 2019); e, por fim, a abordagem das relações de poder defendida por (Mosse *et al.*, 2006, UNFPA *et al.*, 2009 e MEPT, 2019 ). A seguir, em forma de ilustração, apresentamos alguns desses estudos para perceber como o tema é tratado.

#### *Abordagem Legal Dos Direitos Humanos*

A abordagem legal dos direitos humanos olha para o assédio sexual como sendo um problema dos direitos humanos das mulheres na medida que considera ser uma violação ao princípio maior da liberdade sexual. O assédio sexual também é considerado uma forma de discriminação de género vedada juridicamente, pois coactam à liberdade, à autonomia das mulheres no exercício da cidadania e de direito individual de livre disposição do seu próprio corpo (Magalhães, 2011 e Cunha, 2017).

Em concordância, França (1975) *apud* Coelho (s/d), acrescenta que o direito à liberdade sexual é uma expressão ligada à intimidade e à vida privada e está relacionada ao direito de integridade física que inclui o direito à vida e ao próprio corpo. Deste modo, a ausência de respeito à liberdade de dispor do próprio corpo, no que se refere ao acto sexual, pode ser considerado como um acto de assédio sexual. O autor considera que quando alguém manifesta o desejo de unir-se sexualmente ao outro, de forma abusiva, ou sem que ele/ela mostre a mesma vontade, estaria presente a invasão da individualidade do assediado/a e há também a extrapolação do limite, sendo que cada ser deve respeitar ao seu semelhante.

Vários autores, como, Magalhães (2011), Cunha (2017), e França (1975) *apud* Coelho (s/d), apossam-se de instrumentos legais como a Declaração dos Direitos Humanos para mostrar que homens e mulheres gozam dos mesmos direitos e deveres perante a lei. Contudo, o que se tem

verificado, de forma retumbante, é a marginalização dos direitos da mulher, principalmente quando adentra ao mercado do trabalho e aos espaços públicos. De acordo com Cunha (2017), este facto é justificado tendo em conta as raízes históricas que remontam à altura da predominância do sistema social patriarcal no qual existia uma assimetria de poderes entre sexos nas relações familiares, culturais e conseqüentemente nas relações sociais.

No contexto nacional, nota-se que o assédio sexual é proibido por lei (vide o artigo 5 do Regulamento de Combate à Corrupção e Assédio Sexual-DM 36/2019 DE 17 de Abril) e há políticas específicas do governo que funcionam de modo a responder o problema do assédio sexual nas instituições públicas e privadas. O regulamento de combate à corrupção e ao assédio sexual define mecanismos de denúncia para assegurar que os autores sejam efectivamente sancionados disciplinar e criminalmente. Este regulamento estabelece, de igual modo, um quadro legal para a protecção dos estudantes, especialmente das raparigas.

Neste caso, são exemplos de documentos instituídos pelo governo em prol dos direitos das mulheres e raparigas a Constituição da República de Moçambique, os documentos de planeamento e gestão, por exemplo, o Programa Quinquenal do Governo – PQG 2015- 2019, o Plano Económico e Social – PES e o Plano de Acção para a Redução da Pobreza – PARP nos quais a promoção da igualdade de género é priorizada, quer seja como princípio, ou factor de desenvolvimento, e o Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Baseada no Género 2018-2021.

Mesmo com todos estes instrumentos, nota-se que os alunos/estudantes e encarregados de educação têm receio de denunciar práticas violentas e de assédio sexual nos espaços académicos, preferindo ficar no silêncio, ou mudar de escola. Teles (2012), justifica esta postura alegando que os indivíduos têm consciência das leis e do seu dever cívico, no entanto, no processo interactivo, os actores, implícita, ou explicitamente envolvidos, escolhem dentre as várias alternativas pré-constituída as mais relevantes para eles.

De um modo geral, frente a discussão acima feita, nota-se que para além do assédio sexual ser um crime punido judicialmente, também se configura como um problema que dificulta o exercício pleno dos direitos humanos para as mulheres. Os autores como Magalhaes *et al.* (2011) também mostram que ao nível nacional, o Governo tem enveredado esforços com vista à promoção de instrumentos, políticas e estratégias que visam a igualdade de género em todas as esferas da vida privada e social. Entretanto, o acto de denunciar ainda se configura como desafios a serem



ultrapassados pelas mulheres, estudantes e raparigas. A seguir, passamos a apresentar como o assédio é discutido na abordagem construtivista.

### *Abordagem Construtivista*

Diferente da abordagem legal dos direitos humanos que se foca nas questões ligadas ao assédio sexual enquanto um crime que coacta o exercício dos direitos humanos, a abordagem construtivista tece explicações teóricas e analíticas, focalizando-se somente no processo de construção do assediador. Esta abordagem defende que o assédio decorre de um mecanismo desenvolvido pelo assediador para reprimir o outro com vista a reafirmar-se como sujeito. Essas práticas encontram suporte no preconceito, na desinformação e na mentalidade machista impressos nos valores sociais (Freitas, 2001).

Geralmente se considera que o assédio começa pelo abuso de poder (qualquer que seja sua base de sustentação) e segue por um abuso narcísico no qual o outro perde a auto-estima e pode chegar, às vezes, ao abuso sexual (*Ibidem*). Ainda segundo Freitas (2001) o que pode começar como uma leve mentira, um flagrante, ou falta de respeito, torna-se uma fria manipulação por parte do indivíduo perverso que tende a reproduzir o seu comportamento destruidor em todas as circunstâncias de sua vida, local de trabalho com o cônjuge, os filhos, entre outros.

Para o autor, estes comportamentos e agressões reanimam um processo inconsciente de destruição psicológica constituído de procedimentos hostis evidentes, ou escondidos de um, ou de vários indivíduos sobre o outro. Na maioria das vezes, elas vêm em forma de palavras insignificantes, alusões, sugestões e não ditos que efectivamente podem desestabilizar alguém, ou mesmo destruí-lo sem que os que o cercam intervenham (*Ibidem*).

Segundo Freitas (2001) os promotores do assédio comportam-se desta forma, rebaixando o outro sem culpa e sem sofrimento, para engrandecer a sua masculinidade, ou seja, é necessário agredir o outro para que o agressor tenha uma boa auto-estima para demonstrar o seu poder. Neste contexto, o autor considera que a perversidade não provém de um problema psiquiátrico, mas de uma racionalidade fria combinada à uma incapacidade de considerar os outros como seres humanos.

Portanto, esta abordagem mostra que o assédio sexual tem apresentado contornos de gravidade quando inserido no contexto organizacional, no qual a maioria das mulheres vive dependente do emprego para sobreviver economicamente. Também se pode observar que a maior

parte dos promotores do assédio, usa do seu charme e suas faculdades adaptativas simplesmente para deixar atrás de si pessoas fluidas e vidas devastadas.

Em termos de limitações, se pode evidenciar que a abordagem construtivista se foca no processo de construção do assediador e deixa de lado o significado e as representações que as vítimas do assédio sexual criam, ou o papel que elas têm no processo de construção dessa realidade. Ou seja, a abordagem construtivista sobre o assédio sexual carece de considerações sobre como as vítimas do assédio sexual, após passar por este processo, desenvolvem mecanismos de construir-se como sujeitos. Agora, passamos a ver como a abordagem da desigualdade tece considerações sobre assédio sexual e os mecanismos de denúncia e não denúncia.

### *Abordagem da Desigualdade de Género*

Diferentemente da abordagem construtivista, a abordagem da desigualdade de género parte do princípio de que as questões sociais de género e os contextos organizacionais são elementos que geram desigualdade em todo tipo de relação social (Torres, 2016; UNFPA e ONUSIDA, 2009; Higa, 2016; Morais, 2015; Da Silva, 2017; dos Santos, 2016 e Barroso, 2019). Nesta abordagem, olha-se para a subordinação das mulheres face aos homens em contextos laborais como uma questão de género, onde na maioria das vezes, as mulheres encaradas como objectos sexuais acessíveis e disponíveis, sem resistência aos homens. Autores como Torres (2016), consideram que as mulheres têm sido mais acessíveis aos homens devido à situação laboral precária e instável.

Existe um outro estudo que discute acerca de mulheres que foram intimidadas e assediadas dentro do campus da universidade por professores e servidores da instituição. Nesse estudo, o autor explica que o silêncio das vítimas de assédio não significa medo nem passividade, mas uma luta para escapar de uma narrativa feita por outros. Sendo assim, é difícil denunciar por receio de sofrer consequências, ter um futuro académico, ou sua liberdade restringida. O que se tem verificado, na maioria dos casos, é que as vítimas, além de denunciar, acabam optando por partilhar sua história em ambientes que favorecem sua fala (Barroso, 2019).

Um outro aspecto que se pode notar no estudo de Torres (2016) e Barroso (2019), é que existem determinados espaços e situações que influenciam a forma como as vítimas do assédio sexual reagem perante a situação e o facto de a reacção ser imediata, ou não. Segundo estes autores, estes tipos de reacção mediata e não imediata se distinguem pelo facto de existir um desfasamento no tempo entre a prática do assédio sexual e a reacção da pessoa que foi assediada.

À título de exemplo, destacamos uma análise comparativa efectuada por Torres (2016), entre os anos de 1989-2015. Da análise, observou-se que nos meados de 2015, em Portugal, as reacções imediatas às situações de assédio envolveram o confronto do assediado, mostrando desagrado imediato. Nessa pesquisa, 52% das mulheres revelou que interpretava situações de assédio como intolerável, ofensiva e não se admitia sua repetição. Em contrapartida, em 1989, 49% das mulheres tinha declarado que fazia de conta que não notava aquela situação e essa era a reacção mais frequente.

No mesmo estudo, de acordo com os dados por sexo, as reacções mais frequentes de assédio são das mulheres com uma taxa de 60,3% de casos contra 47,9% dos homens. Trata-se de uma reacção que remete para a vigilância do comportamento de quem assedia, mas sem reagir antecipadamente, isto é, tentando impedir uma futura situação de assédio sexual. Contudo, as mulheres vítimas, ao adoptar uma reacção que não responsabiliza quem a assedia, esperam que a situação não se repita. O peso de manter-se vigilante e na expectativa (embora optimista) recai sobre quem é assediado/a (Torres, 2016).

Não obstante, da Silva (2017), constata que as pessoas alvos de assédio têm dificuldade de reconhecer e fazer reconhecer que são vítimas de assédio sexual, ou moral. A inexistência de um debate mais aberto sobre o assédio sexual influencia para que estas práticas sejam entendidas como questões individuais, ou de personalidade e não como fenómenos sociais presentes em todas as latitudes, como os locais de trabalho, as ruas, o centro comercial, as escolas e as universidades.

No estudo de Bourdieu (1998) intitulado *La domination masculine*, se discute que estas práticas violentas ocorrem no quotidiano sem necessariamente causar revoltas à sociedade porque a dominação masculina sobre o feminino não carece de legitimação. Ela é justificada, a priori, por meio das diferenças biológicas percebidas entre os sexos e são incorporadas pelos indivíduos em forma de esquema de percepção, acção e preferências duráveis (*Ibidem*).

Segundo Bourdieu (1998) *apud* Barroso (2019), a reprodução dessa dominação simbólica é palpável em vários espaços sociais e nos ambientes universitários, mesmo que sejam espaços de debate e de aprendizagem, e ainda acarreta todas as diferenças pré-estabelecidas entre homens e mulheres. De igual modo, o corpo da mulher é lido socialmente como feminino ao colocar-se na presença dos outros e a ser entendido como um lugar disponível ao público, passível de toque e de interpretações vindas de desconhecidos

Em concordância, dos Santos (2016), considera que as expectativas acerca de como os homens e mulheres devem agir contribuem de forma significativa nas relações de poder em que o corpo da mulher torna-se objecto de satisfação e de intervenção dos homens. Este resultado sugere a existência de constrangimentos de género no qual o homem tem mais dificuldades de reagir de forma explícita porque, ao fazê-lo, tem de assumir perante os outros, incluindo quem assedia que são alvos de assédio sexual.

Todavia, na rua e nos espaços públicos, o assédio é geralmente entendido como algo normal porque se trata de uma manifestação do jogo de conquista que supostamente elevaria a auto-estima das mulheres. Acrescenta-se a isto a compreensão compartilhada pelo senso comum da mulher enquanto objecto sexual e do homem como o garanhão. Para o autor, isto reforça comportamentos invasivos, investidas de estranhos, abordagens grosseiras que constrangem, humilham, amedrontam e fere a dignidade da pessoa (*Ibidem*).

Deste modo, as concepções acerca da masculinidade, que valorizam nos homens atitudes mais agressivas e de dominação, ajudam a entender porque eles se sentem à vontade para assediar as mulheres. Entretanto, o assédio sexual nem sempre tem por fim exclusivamente a posse sexual que ele parece perseguir, mas o que acontece é que ele visa através da posse nada mais que a simples afirmação da dominação (Dos Santos, 2016).

No contexto nacional, pode encontrar-se um estudo da ActionAid que discute sobre as formas, manifestações e percepções da população estudantil no que tange ao abuso sexual nas escolas moçambicanas. O estudo concluiu que o abuso sexual não é encarado pelas alunas no contexto da violação dos direitos humanos da mulher conforme apresentado na abordagem legal dos direitos humanos, mas sim como uma ruptura das expectativas relacionadas ao papel social atribuído à mulher nas relações de género onde a educação tradicional prevê a transacção da mulher como objecto (ActionAid, 2005 *apud* UNFPA *et al.*, 2009).

Ainda no contexto nacional, um outro estudo realizado sobre género e sexualidade entre os jovens do ensino secundário constata que o assédio sexual é um tema amplamente conhecido, debatido e é objecto de rumores pelos/as jovens, bem como é reconhecido como um acto que visa estabelecer uma troca de favores sexuais pelo bom aproveitamento escolar das alunas. Neste estudo, foram identificadas três posições relativamente ao perfil das raparigas no contexto de assédio sexual: as que são assediadas e se conformam, compõem 70%, as que assediam, formam 10% e as que resistem ao assédio, constituem 20%. Estes dados revelam a existência de

constrangimentos de género nas relações sociais e que os mesmos têm influenciado na adopção de uma postura pouco criativa perante o assédio (Osório, 2007).

Em geral, podemos constatar que na abordagem da desigualdade do género o que está em causa é o modo como as relações de género se configuram nos espaços organizacionais no qual podem se agravar por via da estruturação das relações entre superiores hierárquicos e subordinados. As relações hierárquicas, sendo estabelecidas funcionalmente e atribuindo graus diferentes de responsabilidade, podem ser interpretadas como relações de domínio de uns, ou de umas sobre os outros (Torres, 2016).

Também se pode notar que não só a presença da mulher em espaços públicos torna o seu corpo disponível e acessível à aproximação de pessoas estranhas, insinuações, gestos ousados, entre outros... (Dos Santos, 2016). Na cultura machista e patriarcal, este comportamento é bastante comum, pois os homens têm a visão da mulher enquanto um ser destinado a geração de vida, de prazer e cuidadora do lar (Morais, 2015). Não obstante, nota-se que o assédio é uma prática que serve para demonstrar que a mulher não devia ser inserida ao mercado de trabalho, embora seja o direito dela como um sujeito de direitos (Da Silva, 2017).

Portanto a maneira como a mulher é vista e tratada nas sociedades regidas principalmente por regras e normas patriarcais é reforçado pela consciência que ela tem de si mesma e o lugar que ocupa na estrutura social (papéis e funções de provedora da vida e do prazer). As mulheres reflectem a sociedade no qual encontram-se inseridas e reforçam as significações à elas atribuídas nas relações sociais.

A limitação que foi verificada e que agregaria mais valores nestes estudos, seria de perceber o significado que as vítimas do assédio, o assediador e a sociedade atribuem quando as vítimas reagem de forma mediata, ou não mediata, articulado aos contextos socioculturais de realização.

### *Abordagem das Relações de Poder*

A abordagem das relações de poder considera que o assédio sexual no meio escolar se manifesta quando o assediador usa seu poder simbólico ou discricionário para aliciar, ou intimidar à outra pessoa (UNFPA e ONUSIDA, 2009).

Autores como Mosse *et al.*, (2006) chamam atenção para o facto de uma das grandes *formas de extorsão*, no sector da educação em Moçambique, ser por via do *sexo*. Referida como extorsão

sexual, este estudo menciona que os professores usam do seu poder simbólico e discricionário para intimidar as alunas de modo que lhes prestem favores sexuais em troca de uma passagem de classe.

Em alguns casos, os autores argumentam que as estudantes se envolvem em situações de extorsão sexual com menos resistência. Nestes casos, as alunas discutem abertamente as formas de pagamento dos favores que o professor, ou a aluna irá prestar. Quanto aos professores, eles justificam o seu envolvimento com as estudantes devido as roupas que as alunas usam que, de acordo com alguns professores, deixam as partes íntimas do corpo à vista (Mosse *et al.*, 2006)

Ainda no contexto nacional, um estudo sobre assédio sexual realizado pela MEPT (Movimento de Educação para Todos, 2019), nas escolas públicas da cidade de Maputo e Matola, mostra que dum universo de 30 escolas, uma amostra de 386 estudantes confirma ter experiência própria de um relacionamento, ou sexo na escola em troca de benefícios tais como o dinheiro, lanche, boas notas, pagamento de taxas escolares e promessas de emprego.

Dos favores pelos quais os alunos foram aliciados para um relacionamento sexual, a troca por boas notas encontrou-se no topo com 242 observações, sendo que 47,5% corresponde aos casos registados nas escolas secundárias gerais públicas da província de Maputo contra 52,5% das escolas secundárias privadas da cidade de Maputo (MEPT, 2019). De entre estas, cerca 96% das estudantes já ouviu falar do assédio sexual, sendo que 25% mencionou conhecer lei, ou organismos que as protegem contra violência, ou assédio, ainda assim, 6% disse que não sabia da existência das leis. Relativamente a este aspecto, o estudo argumenta que no país, apesar de existirem quadros jurídicos de normas nacionais e internacionais, ainda há uma fraqueza nos mecanismos jurídicos de resposta à ocorrência de assédio sexual, ou violência sexual contra as raparigas (MEPT, 2019).

O estudo considera ainda que cerca de 38,7% das estudantes olham para as ações com vista a combater o assédio sexual no espaço escolar como eficazes e 48,5% considera ineficaz (MEPT, 2019). E no que se refere aos promotores do assédio sexual, nota-se que 250 casos foram perpetrados pelos professores, 10 foram perpetrados pelas professoras, 26 por outros funcionários diferentes de professores, 69 por estudantes da mesma escola, 18 pelos amigos de professores e 7 casos foram os/as próprios/as estudantes a incentivar o relacionamento, ou sexo na escola (MEPT, 2019:20).

Relativamente às queixas, ou denúncias, nas universidades e principalmente nas escolas da cidade de Maputo notou-se que somente 90 casos é que foram conhecidos formalmente nas instituições de ensino. E destes, somente 51 casos é que os seus promotores foram sancionados,

17 casos não foram tomadas as medidas de sanção contra os seus perpetradores e nos restantes 22 casos não se sabe, na verdade, o que foi feito aos promotores do assédio sexual. E nas escolas da cidade de Matola, foram denunciados 20 promotores e somente 2 foram tomadas medidas punitivas e relativamente aos restantes 18 nada se sabe (MEPT, 2019).

Nesta abordagem pode constatar-se que existe um jogo de poder entre professor e estudantes. Os professores usam o seu poder simbólico para aliciar as estudantes em troca de boas notas e promessas de emprego. Deste modo, diferentemente das outras abordagens, a das relações de poder mostra que as assimetrias observadas nos espaços académicos e no quotidiano das estudantes não são somente provocadas por questões relativas ao género, elas também têm suas raízes na forma como o poder é distribuído entre os sexos na sociedade. Portanto, é este poder que a priori indica quem tem a capacidade de impor a sua vontade aos demais, ou seja, até que ponto os professores têm a capacidade de impor suas vontades sob as estudantes, assim como o nível de dependência das estudantes e a sua capacidade de impor-se frente à estas situações.

Recriando um panorama geral do que foi arrolado na literatura apresentada, destacámos quatro abordagens, a saber: a abordagem legal dos direitos humanos, a abordagem construtivista, da desigualdade de género e a abordagem das relações de poder. Neste sentido, na abordagem legal dos direitos humanos nota-se que o foco está na análise do assédio sexual como um crime na medida que interfere no exercício dos direitos humanos (Magalhães, 2011 e Cunha, 2017).

Todavia, a perspectiva construtivista baseia-se na ideia de que os indivíduos participam na construção da realidade social, pois são dotados de capacidade reflexiva. No caso do assédio sexual, considera que os promotores do assédio são actores sociais que agem de forma intencionada com vista a reafirmar a sua masculinidade (Freitas, 2001). Comparativamente, a abordagem da desigualdade de género, o foco vai para a maneira como a estrutura social e as diferenças nas relações de género influenciam a forma como a mulher é vista nos mais diversos sectores público e privado (Torres, 2016; UNFPA et ONUSIDA, 2009; Higa, 2016; Morais, 2015; Da Silva, 2017; dos Santos, 2016 e Barroso, 2019).

E, por último, temos a abordagem das relações de poder, esta abordagem olha para as questões de poder como elementos que geram assimetrias nas relações sociais, ou seja, no ambiente académico, os que gozam do poder simbólico tem a capacidade de impor as suas vontades aos demais, deste modo, colocando os outros em desvantagem (Mosse *et al.*, 2006).

De um modo geral, as quatro abordagens discutem o assédio sexual como um fenómeno que ocorre em todos os espaços da vida quotidiana, sendo uma prática mais predominante nos espaços organizacionais onde as mulheres têm sido, na maioria dos casos, as mais afectadas devido ao contexto cultural de socialização baseado em princípios patriarcais (Torres, 2016; UNFPA et ONUSIDA, 2009; Higa, 2016; Morais, 2015; Da Silva, 2017; dos Santos, 2016 e, Barroso, Boeckee Martins 2019).

Também se pode perceber que os autores explicam o assédio sexual baseando-se em fundamentos como: o contexto patriarcal, as relações sociais de género, as questões relacionadas com o poder, questões de natureza económica e dos direitos humanos. Contudo, analisando as quatro visões acima apresentadas, podemos observar a limitação de ordem analítica e explicativa quando os autores como (Torres, 2016; UNFPA e ONUSIDA, 2009; Higa, 2016; Morais, 2015; da Silva, 2017; dos Santos, 2016 e, Barroso *et al.*, 2019), conduzem os seus estudos de forma a demonstrar as condições que levam as estudantes a serem assediadas, recorrendo-se aos factores históricos e culturais, não considerando as novas dinâmicas socioeconómicas que têm orientado as acções humanas.

A outra limitação verificada é que, embora alguns autores como Mosse *et al.*, (2006) e MEPT (2019), tenham trazido dados estatísticos sobre os estudantes universitários que mediante o assédio desenvolvem mecanismos imediatos e não imediatos de lidar com o assédio, ao nível do ensino fundamental, dados sobre o número de alunos com experiência própria de assédio sexual, número de denúncias e não denúncias, de alunas que conhecem lei, ou organismos de protecção contra a violência baseada no género. Estes dados dificultam na compreensão do significado que as práticas desenvolvidas pelos promotores do assédio e pelo assediado tomam quando são inseridas ao seu contexto sociocultural de realização e em que medida os mecanismos imediatos e não imediatos desenvolvidos pelas estudantes como forma de lidar com o assédio configuram-se como acções dotadas de uma racionalidade instrumental, ou contestatória, bem como o significado por eles atribuído à estas práticas.

Portanto, a existência destas discrepâncias, especialmente, entre o número de estudantes que enfrentam diariamente o assédio sexual no espaço universitário e o tempo que elas levam a reagir levou-nos a construir a seguinte **pergunta de partida**: *Como é que se dá o processo de constituição da denúncia e não denúncia por parte das estudantes que sofrem o assédio sexual na universidade?*



## Capítulo II

### Enquadramento Teórico e Conceptual

Nesta secção se apresenta o quadro teórico e conceptual. As teorias consistem em conceitos abstractos que não são directamente observáveis na realidade (Macamo, 2004: 16). Através delas, apreendemos a realidade de forma muito específica, se as lentes de óculos forem verdes, por conseguinte, a realidade será verde, e se forem escuras as lentes, a realidade, por mais claro que esteja o dia, ela será também escura (Macamo, 2004). E o segundo momento, consiste na definição dos conceitos. Esta fase é coberta pela “definição nominal que consiste na elaboração de uma lista de todas as dimensões que um conceito pode ter e pela definição operacional que nos oferece os critérios e indicadores para observar um determinado fenómeno” (Macamo, 2004: 16)

#### 2.1. Teoria do Sujeito de Alain Touraine

Com o objectivo de compreender o processo de constituição da denúncia e não denúncia por parte das estudantes que sofrem assédio sexual na universidade, elegemos a teoria do sujeito de Alain Touraine. Os subsídios teóricos, usados para compreender esta temática, encontram-se expressos nas obras de Touraine, a saber: *“A crítica à modernidade e um novo paradigma para compreender o mundo actual”*.

Esta perspectiva apresenta o actor social como ponto de partida da análise social. A partir da análise do singular, apresentam-se argumentos de contraposição às teorias que têm a concepção do actor social como vítima de condições dificilmente insuperáveis, ou tidas como inevitáveis. Contrapõe-se também às teorias estruturalistas, construindo uma abordagem que busca a relativização do indivíduo e a libertação do sujeito, resgatando, desta forma, a perspectiva emancipatória (Touraine, 1994).

Deste modo, esta teoria coloca em discussão o conceito de modernidade e de sujeito na qual segundo Touraine (2002), a modernidade não pode ser vista apenas negativamente como se resumisse no uso crescente da técnica, da razão e do consumismo. Há necessidade de destacar-se o seu carácter agenciador quando ela passa a exigir a liberdade e defesa contra tudo que transforma o ser humano em instrumento, objecto, ou em absoluto estranho.

Quanto às noções básicas que guiam esta teoria, o autor considera fundamental explicar a diferença entre indivíduo, sujeito e actor. De acordo com Touraine, o indivíduo, sujeito e actor

indicam diferentes níveis de consciência. O indivíduo é a mistura do pensamento, da experiência e consciência, o sujeito reflecte a consciência do indivíduo de que a vida reside em si e na vontade de ser reconhecido como actor, modificando o meio ambiente material e sobretudo social, a divisão do trabalho, as formas de decisão, as relações de dominação e as orientações culturais. À esse processo, o autor entende por subjectivação – a penetração do sujeito no indivíduo e, portanto, transformação – parcial – do indivíduo em Sujeito” (Touraine, 2002).

Para que se forme essa consciência de sujeito, Touraine aponta três elementos básicos: o primeiro que corresponde à uma relação *consigo mesmo* enquanto ser individual o que marca uma ruptura com a referência aos princípios universalistas, o sujeito que é seu próprio fim; o segundo, o sujeito que não se forma senão entrando conscientemente em conflito com as forças dominantes que lhe negam o direito e a possibilidade de agir como sujeito e, por último, a ideia de que cada um enquanto sujeito, propõe certa concepção geral de indivíduo para si (Touraine, 2002).

A partir do momento que os indivíduos se tornam sujeitos, a elaboração dos seus pensamentos deixa de ser totalmente influenciada pelo que o autor chama de *discurso interpretativo dominante* que é “um conjunto de representações que constituem uma mediação sobretudo na construção de uma imagem de conjunto da vida social e da experiência individual associada à um poder económico ou político” (Touraine, 2002). Portanto, passam a colocar-se diante delas com um olhar que percebe e avalia o que elas são, partindo da consciência delas e daquilo que elas querem ser. Deste modo, este conceito permitiu perceber aspectos da dimensão subjectiva dos indivíduos ligada à maneira como percebem o quotidiano, elaboram os seus pensamentos e atribuem significado às coisas que as rodeiam.

É nesta direcção que Touraine (2002), nota que à medida que triunfam novos poderes como ditadores, surgem novos discursos interpretativos e dominantes caracterizados pela manifestação do patriarcado. Neste momento, cada um é convidado a voltar à si mesmo, constituindo-se como seres culturais no intuito de resistir à mercantilização de todos os aspectos do quotidiano, de género e de sexualidade. Segundo o autor, esta tendência de voltar à si mesmo, dá-se na intenção de escapar das ideologias, dos autoritarismos e de tudo que não permite a afirmação da identidade dos indivíduos.

Portanto, esta teoria mostra-se importante na medida que permite dar mais evidência às questões microssociais, isto é, compreender a problemática que envolve a relação do indivíduo e da sociedade nas dimensões da subjectividade. Deste modo, para o estudo da denúncia e não

denúncia, a teoria contribuiu na elaboração de critérios que estão por detrás do acto de denunciar e não denunciar casos de assédio e no entendimento do potencial transformador que essas acções têm na vida das estudantes e no espaço académico.

## **2.2. Quadro Conceptual e Operacional**

Se os objectos e os fenómenos não pudessem ser concebidos em termos de semelhança e diferenças com a ajuda dos conceitos, a ciência e uma série de outras actividades humanas não existiriam. Assim, o conceito exerce um papel importante de mediador entre o sujeito pensante e a realidade, pois é através da operacionalização deles que se pode observar a manifestação dos conceitos na realidade, ou seja, sair de uma ordem incoerente para uma ordem coerente (Macamo, 2004).

### **2.2.1. Processo da Denúncia e não Denúncia**

Antes de definir o conceito de processo de denúncia e não denúncia, é de extrema relevância mostrar como em sociologia se tem trabalhado o conceito de processos sociais na explicação dos factos sociais para que assim se possa compreender em que consiste o processo<sup>1</sup> de denúncia e não denúncia..

Relativamente à sua etimologia, processo é uma palavra relacionada com percurso e ela significa "avançar", ou "caminhar". É uma palavra de origem latina *procedere* que significa método, sistema, maneira de agir, ou conjunto de medidas tomadas para atingir algum objectivo.<sup>2</sup> E segundo o código penal moçambicano, no seu artigo 164, o processo de denúncia consiste na exposição por escrito dos factos que, em tese, constituem o ilícito penal.

Segundo Ramos (2018) o processo de denúncia consiste em um meio dar conhecimento às autoridades de determinados factos enquadráveis numa ilegalidade ou num crime, para que seja iniciada investigação sobre os mesmos e, eventualmente, os seus autores sejam acusados e condenados pela sua prática. E para o outor, o processo reverso se pode entender por não denúncia.

---

<sup>1</sup>Nas ciências sociais o conceito de processo foi trabalhado na sociologia por autores como, Georg Simmel, Mead (1934), Habermas (1973), Luhmann (1987), entre outros, onde o principal objectivo era desenvolver reflexões a respeito do processo de socialização. Contudo o carácter processual das acções foi explorado por Leopold Von Wiesse (1931) e Norbert Elias (1939; 1970), com base na concepção *simmeliana* de *vergesellschaftung* (processos de socialização) que deriva do seu entendimento de processos sociais.

<sup>2</sup>Dicionário de Língua Portuguesa. Disponível em: <https://www.significados.com.br/processo/>[a cessado a 07/03/2021].

Estas definições não diferem muito da apresentada pelo código penal, pois todas têm em comum o facto de constituírem ou não em uma comunicação de um crime ou irregularidade as autoridades.

É neste contexto, que o presente estudo entende o conceito de processo denúncia como sendo: toda acção humana resultante das relações intersubjectivas, levadas à cabo pela pessoa ofendida com objectivo de que o assediador seja sancionado, possibilitando, desta forma, a mudança de conduta e comportamento dos actores inseridos nessa configuração. E de não denúncia como sendo toda acção humana resultante das relações intersubjectivas que não é levada a cabo pela pessoa ofendida com vista com que o assediador seja sancionado.

As mesmas integram duas dimensões, nomeadamente: a comportamental e a motivacional. Sendo que em cada uma das dimensões compreende, por sua vez, à indicadores que ajudam a observar a realidade em análise. *Os indicadores comportamentais* envolvidos no conceito de processo de denúncia e não denúncia são: enfrentar/não o decente, submeter/não queixas, pedir ajuda aos colegas, amigos, pais, outros docentes, unidades especializadas da própria universidade (por exemplo, a unidade de apoio ao estudante, a unidade de género, entre outros).

Consideramos que os amigos, familiares e colegas influenciam de forma significativa na percepção e maneira como as estudantes vítimas lidam diariamente com o assédio, adquirindo uma consciência reflexiva, na medida que eles oferecem suporte e apoio as estudantes durante o processo, em alguns casos ajudam na quebra ou não.

Quanto *aos indicadores motivacionais*<sup>3</sup> observou-se a vontade, ou uma acção motivada por sentimentos tais como o medo, ou a vingança pelo desejo que algo seja feito para que o sentimento de assédio acabe e os actores responsáveis pelo dano sejam sancionados. Portanto, é a partir da interacção intersubjectiva que decorre a mudança de comportamento e de sentimento que conduzem à denúncia e não denúncia.

Portanto, tendo em conta a forma como o assédio sexual se configura no espaço universitário, este conceito mostra-se bastante abrangente, pois agrega questões ligadas às emoções, aos sentimentos de busca pela justiça, das assimetrias de poder e das transformações que ocorrem no seio individual e colectivo com acto de denunciar e não denunciar.

---

<sup>3</sup> Acção social emotiva ou afectiva- conceito desenvolvido por Max Weber para se referir a toda conduta que é motivada por sentimentos, tais como orgulho, vingança, loucura, paixão, inveja, medo, etc...

### 2.2.2. Assédio Sexual

Antes de definir o conceito de assédio sexual, vale a pena ressaltar que esta prática é classificada como uma forma de violência baseada no género<sup>4</sup>(Barroso, 2019). A terminologia assédio sexual foi definida e empregado pela primeira vez pela activista feminista norte-americana Lin Farley nos meados dos anos 70 (setenta). Segundo a autora, o assédio sexual consiste em comportamentos indesejados, sexualmente conotados de um superior hierárquico em relação à uma mulher no local de trabalho com desígnio de prejudicar a sua função de trabalhadora (Farley *apud* Siegel, 2003).

Farley *apud* Siegel (2003) oferece critérios importantes a ter em conta quando se trata do assédio sexual, tais como: a intimidação sexual, a coerção sexual e a exploração sexual no trabalho. Contudo, ela deixa de fora as diversas formas de dominação que ocorrem em contextos não organizações, ou seja, ela exclui os termos de espaços de ocorrência e parte do preconceito de que o tipo de dominação é sempre vertical (de um superior para uma mulher).

No segundo momento, analisamos o artigo 66 n.º.2 da Lei do trabalho de Moçambique que define o assédio sexual como todo o acto praticado no local do trabalho, ou fora dele que interfere na estabilidade do emprego, ou da progressão profissional do trabalhador ofendido. No mesmo âmbito, o mesmo artigo destaca que aliciar alguém em troca de favores sexuais, quer seja para atribuir notas, ou cargos de chefia constitui assédio sexual e é passível de processo disciplinar (Fórum Mulher, s/d).

Por último, temos Torres (2016), que define o assédio sexual como um conjunto de comportamentos indesejados de natureza física, verbal, ou não verbal, podendo incluir tentativas de contacto físico perturbador, pedidos de favores sexuais com o objectivo, ou efeito de obter vantagens através de chantagens, uso de força, ou estratégias de coacção da vontade da outra pessoa. Geralmente, são reiterados podendo também ser únicos e de carácter explícito e ameaçador.

De um modo geral, podemos notar que as definições apresentadas acima, excepto a apresentada por Torres (2016), partem da ideia de que o assédio sexual surge sempre dos homens para as mulheres, esquecendo que devido ao machismo, os homens, na maioria das vezes, optam

---

<sup>4</sup>De acordo com a OMS, violência de género pode ser definida como “todo ato de violência que tenha, ou possa ter, como resultado, um dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para a mulher, assim como ameaça de tais actos, a coacção, ou privação arbitrária da liberdade, tanto se ocorrerem na vida pública como na privada” (Barreira, p. 209 *apud* Barroso, 2019).

por não denunciar casos de violência baseada no género. Todavia, estas definições não consideram o assédio sexual que se configura de homem para homem e de mulher para mulher. A relação de dominação é sempre vista de forma vertical e tradicional.

Para os fins desta pesquisa, optámos pelo conceito de assédio sexual como sendo: toda a acção de carácter sexual, intencionada de professor para estudante que ocorre no âmbito das relações específicas do espaço universitário que pressupõe uma imposição indesejada de requisitos sexuais no contexto de uma relação desigual de poder.

Nesta definição, identificámos quatro dimensões, a saber, a coerção sexual, insinuações sexuais, rendimento escolar e aliciamento. Quando falamos da *coerção sexual* entre estudantes e docentes no espaço universitário, referimo-nos aos actos como a ameaça, a intimidação, e privação de liberdade; na dimensão *insinuações sexuais*, observamos indicadores como provocações, ou comentários sobre o aspecto da estudante, comentários ofensivos de carácter sexual e sobre o seu corpo; de seguida, observamos a questão do *rendimento escolar* no qual as estudantes tendem a apresentar notas baixas o que as coloca propensas a ceder à qualquer proposta, ou intimidação; e, por fim, temos o *as relações de autoridades* entre as estudantes e professores na qual se pode observar o cumprimento dos protocolos dentro e fora da sala por parte da estudante. Portanto, todos estes elementos, ou partículas soltas, quando unidas, pode perceber-se a prevalência do assédio sexual no espaço universitário.

### **2.2.3. Agenciamento**

No primeiro momento, encontra-se a abordagem de Anthony Giddens, que olha para a agência não só como acções intencionadas, mas também como a capacidade dos actores sociais de realizar determinados feitos, mesmo sendo possível actuar de modo diferente do que realmente ocorreu (Giddens, 1992). Na Teoria da Estruturação de Giddens o actor é concebido como um indivíduo completamente reflexivo e intencional que não só tem consciência das razões de suas acções, como também está apto para elaborar essas razões discursivamente.

Enquanto em Max Weber, a agência está ligada à ideia de que os actores são capazes de desenvolver e definir suas preocupações mais importantes na forma de projectos, por meio da conversação interna (capacidade de falar consigo mesmo, estar frequentemente em silêncio dentro de sua própria cabeça) (Weber, 2004). Esses projectos são segundo o autor pré-requisitos para a acção. Deste modo, para Archer, um outro aspecto fundamental da agência é a capacidade dos

actores avaliarem correctamente suas próprias circunstâncias objectivas que são constrangedoras de determinados cursos de acção (Archer, 2007).

Portanto, a partir das definições apresentados acima, entende-se por agenciamento como todo actor social que tenha por si próprio a capacidade de fazer escolhas. Segundo Giddens (1992) o actor tem conhecimento e competência e é alguém que sabe o que está fazendo e como fazê-lo. Ele acumula uma certa experiência que o coage a agir de alguma forma, ou de outra, colocando em prática seus conhecimentos de forma estruturada.

Como destacado por Peters (2011), no âmbito subjectivo da conduta humana, identificamos nessa definição a dimensão *motivacional*, no qual temos indicadores como os desejos, as intenções e finalidades perseguidos pelas agentes (estudantes vítimas) e a dimensão *recursiva* ou *procedimental* que compreende às habilidades cognitivas, práticas e expressivas que capacitam as estudantes vítimas a intervir no espaço universitário e mundo social, imprimindo, por sua vez, as suas marcas históricas.

#### **2.2.4. Relações de Género**

O género é um conceito das ciências sociais produzido na década de 1970 e existe até então. Existem várias abordagens do género das quais destacamos: a Marxista, as Contemporâneas, a do Patriarcado e a Psicanalítica. Todas estas abordagens debruçam acerca das desigualdades de género e apresentam um teor teórico relevante para compreender as questões de género na sociedade.

Contudo, esta pesquisa adota e inspira-se nas abordagens contemporâneas por ajudarem melhor a compreender o modo pelo qual as sociedades organizam-se, estruturam as suas relações, olham e pensam sobre as pessoas do sexo masculino e feminino. As abordagens contemporâneas olham para o género como um factor constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e como parte estrutural das relações desiguais de poder entre homens e mulheres. Portanto, as relações de género possuem um lugar onde o poder é articulado e se reproduz a cada instante” (Foucault, 2001 *apud* Teles e Brás, 2010: 207).

Nesta pesquisa entendemos por relações de género o modo desigual pelo qual os indivíduos se relacionam consigo próprios e com os outros. Portanto, é neste momento que incide o processo de produção simbólica, definindo a maneira como cada um percebe o mundo, apreende os códigos

de interpretação cultural e estabelece pautas de interacção com o outro, marcando a actuação social de cada indivíduo (Vilelia e Arilha, 2003).

Sendo que as relações de género são relações desiguais de poder entre pessoas do sexo masculino e feminino, no caso desta pesquisa, os professores e as estudantes respectivamente podem identificar-se na *dimensão estatutária* que é referente à posição/lugar onde os actores sociais ocupam na estrutura social que, conseqüentemente, influi na capacidade que ele tem de impor a sua vontade sobre os demais, aliciando, reprimindo ou ordenando.



## Capítulo III

### Metodologia

Nesta secção, se apresentou os aspectos inerentes à metodologia, nomeadamente: o método de abordagem, a técnica de colecta de dados, o universo e teoria de amostragem, questões éticas, técnica de análise de dados e, por fim, os constrangimentos da pesquisa e as formas de superação.

#### 3.1. Método de Abordagem

Nesta pesquisa, elegemos o método qualitativo que consiste “na tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e das características situacionais apresentadas pelas entrevistadas através de suas características, ou comportamentos” (Richardson, 1999:90).

A escolha deste método dá-se pela natureza do fenómeno estudado e pelo facto dele permitir captar informações profundas e detalhadas sobre o que leva as estudantes a denunciar e a não denunciar casos de assédio sexual, tomando como pressupostos a influência do espaço universitário na tomada de decisão, o tipo de relação que elas estabelecem com os colegas, professores, funcionários e as relações de poder.

Este método possibilitou a obtenção de informações de carácter subjectivo nos quais foram descodificados e atribuídos significado às informações obtidas através do mesmo. Podemos, por conseguinte, compreender as representações que as estudantes que sofreram o assédio sexual fazem do espaço universitário, das condições que levam à denúncia e não denúncia e os processos que possibilitam a sua constituição enquanto sujeitos.

#### *Pesquisa Bibliográfica*

A pesquisa bibliográfica consiste na etapa inicial do trabalho académico e tem por objectivo reunir as informações e dados que servirão de base para a construção da investigação proposta a partir de um determinado tema (Lakatos e Marconi, 2003).

Para este estudo, buscámos obras, artigos de jornais e revistas já publicadas e relevantes para melhor conhecer e analisar o tema em alusão, sendo que nem sempre encontrámos o conteúdo através do tema, optámos por definir algumas palavras-chave (assédio sexual na universidade, denuncia do assédio, casos de denuncia e não denuncia na universidade) para encontrar conteúdos relacionadas com o objecto de estudo. Neste momento, a pesquisadora não necessitou de fazer

fichamentos, mas leituras exploratórias do conteúdo obtido nos artigos e obras de modo que auxilie na delimitação do tema.

A pesquisa bibliográfica foi útil na medida que permitiu, de um modo geral, conhecer e entender o que já foi escrito sobre o tema abordado, a forma como ele é discutido, sobretudo na delimitação de fronteiras do objecto de pesquisa e, posteriormente, na construção do problema de pesquisa. No estudo da denúncia e não denúncia, esta técnica permitiu, em primeira instância, compreender como o assédio sexual, a denúncia ou não denúncia na universidade é entendido e, de seguida, entender como os autores analisam a questão da denúncia e não dos casos de assédio sexual nas universidades.

### **3.2. Técnica de Recolha de Dados**

#### *Entrevista Semi-estruturada*

Na primeira fase, no que tange aos dados utilizados na pesquisa, eles foram colectados por meio da entrevista. A entrevista é uma conversação efectuada face a face, de maneira metódica que proporciona ao entrevistador recolher informação necessária (Lakatos e Marconi, 2003). De concreto, foi usada a entrevista semi-estruturada que de acordo com Moreira e Caleffe (2006), constitui um meio-termo entre a entrevista estruturada e a entrevista não estruturada

A escolha da entrevista como técnica deveu-se ao facto de permitir conhecer o nosso objecto de análise, bem como permitir descrever o espaço, ou o terreno a ser pesquisado de modo a perceber as relações sociais que se estabelecem nesse espaço social. No contexto deste estudo, a entrevista semi-estruturada permitiu captar e apreender de forma detalhada a experiência e o sentimento vivenciado pelas estudantes vítimas, bem como as percepções e interpretações que fazem desta situação, ou do acontecimento. A entrevista semi-estruturada também permitiu captar de quem partiu a iniciativa para a denúncia, o que a levou a tomar a decisão de denunciar e as pessoas com quem contou apoio ou recorreu.

A pesquisa de campo foi desenvolvida com base em entrevistas com itens previamente formulados e categorizados em função dos objectivos específicos os quais nos permitiram identificar o perfil sócio demográfico, captar a representação que as estudantes têm sobre a universidade, bem como a percepção que estudantes vítimas têm deste fenómeno para no fim explicar de forma suscita como estes conhecimentos as conduziu a denunciar e não os casos de assédio sexual.

A entrevista foi administrada somente às estudantes vítimas do assédio sexual na FLCS e ela comportava três eixos temáticos, nomeadamente: os dados, ou as informações relativas às características demográficas, percepções que as vítimas têm do assédio sexual, a participação da mulher (estudante) na tomada de decisão. Assim, cada eixo integrava diversas perguntas (abertas e fechadas) com vista a aprofundar a conversa e captar informações significativas.

### **3.3. População e Unidade de Análise**

A pesquisa de campo foi realizada no Campus Universitário Eduardo Mondlane, localizada na avenida Julius Nyerere, na cidade de Maputo. O espaço abrangido pela pesquisa foi a Faculdade de Letras e Ciências Sociais. A escolha deste local deve-se ao facto de a pesquisadora conhecer estudantes desta instituição que foram assediadas e, algumas delas, terem confessado que já passaram por experiências de assédio sexual por parte dos seus professores. Relativamente aos casos específicos de estudantes que foram assediadas, as entrevistas exploratórias revelaram a existência de mais casos de assédio sexual.

Segundo os dados obtidos no endereço electrónico ([www.uem.co.mz](http://www.uem.co.mz)) da Universidade Eduardo Mondlane, a Faculdade de Letras e Ciências Sociais é actualmente a mais populosa da Universidade Eduardo Mondlane com cerca de 5000 estudantes nos cursos de graduação e pós-graduação. Ela é reconhecida pelo contributo que presta ao desenvolvimento do capital humano de Moçambique através da formação de graduados e pós-graduados de qualidade. A FLCS prossegue empenhadamente num ensino de qualidade, realizando investigações relevantes, actividades de extensão, consultoria e contribui para os debates nacionais, regionais e internacionais nos domínios das Letras e Ciências Sociais.

### **3.4. Amostra e Teoria de Amostragem**

A unidade de análise foi composta por 8 (oito) estudantes da FLCS vítimas do assédio sexual. A escolha das entrevistadas não seguiu um modelo aleatório e, por isso, não existiu um controle estatístico de representação do universo pesquisado. Dado a natureza qualitativa do estudo, a amostra foi definida por saturação, ou seja, no âmbito da colecta de dados a pesquisadora decidiu encerrar o processo de coleta de dados ao notar uma certa redundância, ou repetição das informações fornecidas pelas participantes.

Para a selecção da amostra, numa primeira fase recorreu-se à *amostragem intencional*. Esta técnica geralmente é utilizada quando o pesquisador tem um mínimo de informação sobre o grupo que pretende estudar. Ela foi bastante útil para a prossecução da pesquisa de campo na medida que já dispúnhamos de algumas amostras com as características exigidas (Gil, 2012). Intencionalmente, o estudo seleccionou estudantes que confessaram à pesquisadora ter sofrido assédio sexual por parte dos seus professores. Esse grupo foi composto por uma estudante que efectuou a denúncia e três que não efectuaram a denúncia.

A escolha da amostragem intencional deu-se pelo facto de a pesquisadora ter conhecimento prévio da existência de casos e de estudantes que lhe confessaram ter sofrido assédio sexual na universidade. Desta forma, nesta fase, a pesquisadora abordou somente estudantes que soubesse, ou ouvisse que já passaram por situações de assédio sexual e denunciaram.

Na sequência adoptou-se a técnica de *amostragem por bola de neve* é uma técnica usada em populações raras, ou desconhecidas e ela pressupõe que haja uma ligação entre os membros da população dada pela característica de interesse, isto é, os membros da população são capazes de identificar outros membros em mesma situação (Spreen, 1992 *apud* Dewes, 2013).

A amostragem por bola de neve foi útil na medida que a partir das primeiras unidades amostrais (estudantes), podemos conhecer mais estudantes que se encontravam na mesma situação. Deste modo, a escolha da amostragem por bola de neve deveu-se ao facto desta população não ser de fácil acesso e pelo facto de a pesquisadora dispor de um número bastante limitado de conhecidos que sofreram assédio na universidade. Daí, com base nas primeiras estudantes entrevistadas questionou-se se conheciam alguém em situação idêntica e, caso a conhecesse, se pediu que indicasse, ou convidasse a participante seguinte para a entrevista. Desta forma, se pode seleccionar outras estudantes para compor a amostra.

### **3.5. Questões Éticas**

A pesquisa obedeceu aos requisitos necessários em termos de ética na pesquisa. Numa primeira fase, elaborou-se o *termo de consentimento livre esclarecido* no qual constava toda a informação sobre a pesquisa, desde os objectivos até a forma como os dados foram tratados. De seguida, se apresentou o termo de consentimento informado às entrevistadas, explicando em que âmbito a pesquisa estava a ser realizada.

Portanto, partindo do princípio de que falar do assédio sexual é algo delicado que chega a invadir a privacidade de quem expõe a situação, o estudo teve em conta o princípio de *confidencialidade*, de *voluntarismo no qual se esclareceu que a participação não era obrigatória* e o *anonimato* era garantido. Respeitámos o princípio de *liberdade* que consiste na interrupção da entrevista quando lhes fosse conveniente sem que com isso pudesse implicar consequências negativas à sua pessoa.

### **3.6. Técnica de Análise de Dados**

A pesquisa de campo foi precedida de um trabalho exaustivo de levantamento e pesquisa bibliográfica sobre o assédio sexual. Posto isso, fizemos um trabalho simultâneo de selecção do material útil aos interesses da pesquisa e buscámos a leitura e análise da literatura sobre o assédio sexual a fim de conhecer o material que já foi escrito sobre esta temática e para melhor delinear o nosso campo de análise.

Para a análise de dados, recorreremos à **análise de conteúdo** que é um conjunto de técnicas de comunicação que utilizam procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens (Bardin, 2006). Esta técnica compreende duas fases que são elas: a pré-análise e a exploração do material, sendo que esta, a última, já inclui o tratamento dos resultados obtidos e sua interpretação (Bardin, 2002).

Esta técnica mostrou-se bastante útil, pois ajudou-nos a compreender os conteúdos que, a prior, passavam de forma despercebida como é o caso de significados de palavras implícitas nos depoimentos, ou seja, permitiu-nos dar uma interpretação sociológica das vivências, acções, expressões usadas no quotidiano das estudantes que, a prior, pareciam banais.

Efectuadas as entrevistas, o passo a seguir foi a transcrição das informações provenientes das entrevistadas e através das transcrições iniciou-se com o processo de codificação no qual se marcou as frases que tinham alguma relação com os conceitos chaves dos objectivos e do problema de pesquisa. Após a identificação das expressões em cada resposta, o passo a seguir consistiu no agrupamento de categorias relacionadas ao perfil sócio demográfico, as percepções de assédio sexual, as representações, as experiências de assédio sexual e aos factores que impulsionaram a denúncia e não denúncia.

Foi neste processo que, para além de operacionalizar a teoria, procuramos a partir dos dados colhidos no campo dar sentido à informação obtida. Em determinados momentos, as categorias

necessitam de ser conceptualizadas, reorganizados e renomeados conforme a análise e interpretação de dados progredia.

### **3.7. Constrangimentos da Pesquisa e Formas de Superação**

Aquando da realização da pesquisa, deparámo-nos com a necessidade de introduzir o contacto e interacção remotos (virtuais) devido às medidas restritivas associadas à prevenção e mitigação da pandemia da COVID-19. A pandemia da COVID-19 não só interferiu no curso normal da pesquisa, como também obrigou-nos a usar uma abordagem descaracterizada durante o trabalho de campo, isto é, tivemos de usar novas formas de compor a unidade amostral e isto incluía ir atrás das estudantes, marcar encontros onde e quando lhes fosse mais conveniente, embora que em alguns casos tivemos de dar continuidade à entrevista através de ferramentas virtuais como o Zoom Clouding Meeting que se revelou ser bastante eficaz e eficiente.

Um outro constrangimento registado, no âmbito das entrevistas, foi a não-aceitação de algumas estudantes de participar da pesquisa, pois elas se sentiam inseguras para participar por temerem a posterior ter implicações negativas por parte da instituição, ou dos professores.

## Capítulo IV

### **Análise e Interpretação dos Resultados**

A pesquisa buscou compreender o processo de construção da denúncia e não denúncia por parte das estudantes que sofrem assédio sexual no campo da Universidade Eduardo Mondlane. Este capítulo está organizado em quatro secções, nomeadamente: a primeira sessão descreve as características sócio demográficas das estudantes que sofrem assédio sexual; na segunda se procurou discorrer sobre as representações sociais sobre universidade; na terceira se procurou explicar a visão que as estudantes sobre o assédio sexual na universidade; e, na última sessão se debruçou acerca dos caminhos que levam à constituição da denúncia e não denúncia do assédio sexual na universidade.

#### **1. Características Sócio Demográficas das Entrevistadas**

Neste capítulo, apresentamos os dados referentes às características sociodemográficas das entrevistadas. O objectivo deste capítulo foi perceber a forma como estas características se constituem como pré-requisitos para a denúncia e não do assédio sexual no espaço universitário. O estudo teve a amostra composta por 8 (oito) estudantes das quais se analisou as variáveis como a idade, o estado civil, o nível académico e a profissão.

Quanto às idades das entrevistadas, elas variam de 22 aos 43 anos, sendo que a maior parte era composta por jovens cujas idades compreendiam entre os 22 à 27 anos e uma minoria de adultas com 38 e 43 anos. Quanto à distribuição das estudantes por cursos, 1 (uma) pertencia ao curso de Antropologia, 2 (duas) cursavam Sociologia, 3 (três) outras Administração Pública e as restantes 2 (duas) Ciência Política.

Olhando para o perfil académico, temos uma licenciada, três estudantes finalistas, três pré-finalistas e uma que frequenta o segundo ano. Relativamente ao estado civil a maior parte das jovens tem a sua situação marital solteira, ou seja, são solteiras, mas uma é casada e uma vive maritalmente. Destas, quatro para além de serem estudantes, também são trabalhadoras. Conforme ilustra a tabela abaixo sobre perfil das estudantes que sofreram assédio sexual:

<b>Itens</b>	<b>Idade</b>	<b>Cursos</b>	<b>Nível</b>	<b>Profissão</b>	<b>Estado civil</b>
<i>Sharmil a</i>	22	Sociologia	Quarto ano	Estudante (à tempo inteiro)	Solteira
<i>Matilde</i>	26	Sociologia	Quarto ano	Estudante e trabalhador (Secretária)	Solteira
<i>Clara</i>	22	Antropologia	Terceiro ano	Estudante (à tempo inteiro)	Solteira
<i>Karen</i>	38	Sociologia	Licenciada	Estudante e trabalhador (Assistente)	Casada
<i>Nercia</i>	43	Administraçã o pública	Quarto ano	Estudante e trabalhador (Empreendedora)	União de facto
<i>Marta</i>	25	Ciência política	Terceiro ano	Estudante (à tempo inteiro)	Solteira
<i>Shélcia</i>	22	Ciência política	Segundo ano	Estudante e trabalhador (empreendedor)	Solteira
<i>Tânia</i>	23	Administraçã o pública	Terceiro ano	Estudante (a tempo inteiro)	Solteira

Portanto, tendo em conta as características sociodemográficas, nota-se que estamos diante de uma população composta maioritariamente por estudantes jovens de estado civil solteira e quanto à ocupação, nota-se a existência de uma distribuição proporcional de estudantes à tempo inteiro e de estudantes trabalhadoras, sendo que a maioria é formada por estudantes pré-finalistas e finalistas dos cursos de licenciatura.



## 2. Representações Sociais Sobre a Universidade Como Espaço Social

Nesta secção, apresentamos os dados referentes às representações sociais<sup>5</sup> sobre a universidade. Estes dados permitiram-nos perceber como as estudantes articulam os conhecimentos do senso comum sobre a universidade com os adquiridos na vida académica e como eles (os conhecimentos) auxiliam a tomada de decisão. Para entender esse fenómeno, partiu-se do pressuposto de que acessar a forma como as estudantes pensam sobre o espaço universitário pode auxiliar na compreensão dos factores que estão por detrás da desistência e permanência nas instituições do ensino superior, bem como na decisão de denunciar e não denunciar em casos de assédio sexual.

Entretanto, para os fins deste estudo, se tomou em conta o conceito elaborado por Touraine (2005), de representações sociais enquanto discursos interpretativos dominantes que constituem uma mediação, mas sobretudo uma imagem do conjunto da vida social e da experiência individual. Segundo o autor, as representações sociais constituem-se enquanto discursos dominantes porque são produzidos e reproduzidos pelas estruturas de poder económico e político.

Deste modo, a partir dos depoimentos, podemos constatar que as representações, que as estudantes têm sobre a universidade, se baseiam em categorias como *ascensão social, realização pessoal e profissional*. Estas representações diferem-se quanto ao seu significado, pois resultam da forma como cada estudante vivencia o quotidiano e o sentido que adopta quando as insere ao espaço académico. Abaixo, segue-se os depoimentos:

*[...] Primeiro estar na faculdade foi alcançar uma meta traçada quando estava a concluir a secundária. Depois é a satisfação por estar a molda, ou dar direcção a minha carreira profissional, hoje é preciso estudar para ter qualquer coisa. (Matilde, 26 anos).*

*[...] Eu não estou aqui somente para ter conhecimento.... Porque para mim, se eu tivesse problemas com os professores, ou com a universidade isso ia dificultar na conclusão do meu curso. E quanto mais tempo fico na faculdade significa para mim perder várias oportunidades de emprego, hoje em dia as coisas não estão fáceis (Karen, 38 anos).*

---

<sup>5</sup>O termo “representação social” foi cunhado e melhor trabalhado por Serge Moscovici e significa um conjunto de proposições, acções e avaliações emitidas pela opinião pública que são organizadas de formas diversas, segundo as classes, as culturas, ou grupos (Moscovici, 1978). As representações sociais são resultado de actividade de mental pela qual um individuo ou u grupo reconstitui o real confrontando e atribuindo uma significação específica.

*[...] Estudar hoje em dia é tudo. Eu gosto de estudar e sei que as coisas que aprendo aqui serão úteis para mim no futuro. Também o mercado de emprego está muito difícil, estando na universidade pelo menos sei que oportunidades não vão faltar (Shélcia, 22 anos).*

*[...] Olha, eu já sou uma mulher adulta, a única coisa que espero é que a licenciatura abra portas para mim. Não é fácil ter emprego, mas eu tenho um tio que tem influências, ele prometeu-me colocar na empresa onde ele está (Nércia, 43 anos).*

Para a Matilde de 26 anos, a universidade representa um meio de **realização profissional**. (...) *é a satisfação por estar a moldar e dar direcção a minha carreira profissional, hoje é preciso estudar para ter qualquer coisa.* Neste extracto, podemos constatar que a universidade consiste num local onde sujeitos adquirem habilidades profissionais que lhes permitirão se inserir no mercado de trabalho e, por consequência, alcançar sua independência financeira.

Por outro lado, para Shélcia, de 22 anos, a representação social da universidade encontra-se ligada à categoria de **realização pessoal**. (...) *Estudar hoje em dia é tudo...eu gosto de estudar e sei que as coisas que aprendo aqui serão úteis para mim no futuro.*

Nesta fala, podemos notar que a formação superior para as estudantes funciona como um meio de provar a si mesma que tem a capacidade de superar os constrangimentos sociais de acesso e permanência numa instituição de ensino superior. Este esforço influi na construção da sua identidade, ou seja, a realização pessoal constitui um meio para superar as desigualdades sociais e se reafirma como tal.

Os dados deste estudo assemelham-se com o estudo de Nascimento (2009), quando considera que a representação da universidade, enquanto um lugar de realização pessoal e profissional, vincula-se à lógica da estratégia e percepção do diploma como condição para assegurar um emprego. Na mesma senda, Assis (2011), acrescenta que a universidade tem sido pensada pelas estudantes desta forma devido à valorização que é dada pelo mercado à titulação e pelo facto de não ter ónus financeiro o que poderia inviabilizar tal projecto. Contudo, Sampaio (2011), considera que esta tendência não se inicia com o ingresso ao ensino superior e não tem as suas raízes necessariamente ligadas às dificuldades de inserção ao mercado de trabalho, mas se inscreve em toda a trajectória sociocultural das estudantes.

Por último, se tem o exemplo da Karen, de 38 anos, concebe a universidade enquanto um meio de **ascensão social**: " (...) *e quanto mais tempo fico na faculdade significa para mim perder*

*várias oportunidades de emprego, hoje em dia as coisas não estão fáceis. Temos que ter objectivos claros, e ganhar tempo*”. Nesta categoria, podemos notar que as estudantes lutam contra um rótulo que estigmatiza sua inferioridade e que é usado pelos grupos que têm acesso à estes recursos para obter vantagens sociais.

Nesta direcção, os dados entram em concordância com os estudos de Melo *et* Borges (2007) e Frink (2007). O primeiro autor considera que estar na universidade não se limita na busca pelo conhecimento, mas, acima de tudo, na busca pelo status de um indivíduo independente, que busca a sua ascensão social e a inserção profissional, sua autonomia nas decisões pessoais, independência financeira e a sua participação activa na sociedade. O outro autor considera que para além do significado da ascensão social, quando vinculado ao ensino superior, indica o desejo de conquistar um outro status económico na sociedade e categoria caracteriza-se pela lógica da acção integradora na medida que este actor busca se adaptar positivamente às exigências do conjunto social do qual se faz parte.

O mesmo pode ser verificado na teoria do sujeito de Touraine (2005), quando o autor mostra que a forma como os indivíduos pensam, constroem suas ideias e representações se encontram expressas no quotidiano por meio de discursos interpretativos dominantes que são reproduzidos por meio das estruturas dominantes e da socialização. Todavia, Touraine (2005), ao elaborar as noções de sujeito e actor considera que nem sempre os indivíduos tendem a reproduzir as ideias que são construídas nas relações quotidianas, pois, dada a sua capacidade reflexiva em determinados momentos, os indivíduos podem apresentar condutas de sujeitos e de actor social.

No caso das estudantes, se pode verificar que tem consciência do que buscam na universidade e desenvolvem representações com vista a alcançar os objectivos por elas estabelecidos, quer isto dizer que, as representações das estudantes são muito mais produzidas nas relações intersubjectivas do que reproduzidas e dependem, em grande medida, da subjectividade pessoal dos que a reivindicam, ou seja, as estudantes se apropriam dos conhecimentos adquiridos e constroem representações que respondem às suas demandas.

De um modo geral, podemos perceber que as estudantes pensam sobre a vida universitária e as oportunidades que irão advir com a conclusão dos seus cursos. Estas representações sociais encontram-se vinculadas à uma narrativa económica que se insere à uma lógica de racionalidade instrumental, de utilitarismo da própria acção que é construída nas relações intersubjectivas e na experiência individual. Assim sendo, podemos constatar que a busca pelo sentido da acção se faz

pela compreensão de que ele não é um dado, mas é uma representação que o actor constrói no curso da execução da sua acção. Logo, o que conta neste percurso e influi na efectivação destas representações, não é apenas o sentido, mas o modo como cada actor representa para si ao conduzi-lo (Touraine, 2005).

Na secção a seguir, se procurou perceber a forma como se configura o assédio sexual na universidade a partir da visão das estudantes que o sofreram. Também se procurou entender a forma como as experiências de assédio possibilitaram o desenvolvimento dos primeiros actos de resistência com vista à denúncia e não denúncia dos casos de assédio sexual.

### **3. Assédio Sexual na Universidade**

O assédio sexual na universidade é um tema pouco discutido, no entanto, ele é de muito interesse para se perceber a forma como se estruturam as relações de género no espaço académico. Neste estudo, destacamos dois protagonistas, a saber: o professor e a estudante. Nesta secção, temos por objectivo entender a forma como as relações de género influem no modo como as estudantes percebem e vivenciam o assédio sexual no contexto académico.

Quando questionadas as estudantes sobre o que entendem por assedio sexual, quatro estudantes afirmaram que é forçar uma relação em troca de algo, duas não souberam dizer do que se tratava exactamente, mas sabem que é algo que prejudica a saúde da rapariga e é feito de forma intimidatória e três afirmaram que o assédio sexual consiste numa perseguição que pode ser por meio de mensagens, olhares, atitudes. Conforme ilustram os depoimentos abaixo:

*[...] para mim, asssedio sexual é quando uma pessoa passa a vida fazer comentários do seu corpo, até pode te conquistar e não aceites, mas mesmo assim a pessoa continua a existir. Isso depois começa a incomodar (Shélcia, 22 anos).*

*[...] Atravez da minha experiencia, porque eu mi senti assediada. Eu acho que assedio vai atraz de ti, manda mensagens dizento que gosta de ti, por ver que não estas a lhe dar espaço começa a falar das vantagens, que pode ti dar emprego se ficares com ele (Karen, 38 anos).*

*[...] quando alguém ti paquera, você pode aceitar ou não, agora quando você não aceita e mesmo assim a pessoa coloca situações para você lhe aceitar isso é assedio. Lembras*

*que eu disse que no meu caso, o professor queria que eu fizasse com ela para colocar a minha nota no siga (Matilde, 26 anos).*

*[...] é muito difícil falar do assédio, porque as pessoas falam coisas que se tu contares a uma sua amiga até pode dizer que isso não é nada, é imaginação. Na universidade o assédio assusta porque nós estamos numa situação de desvantagem, ficamos com medo de saber que podem não acreditar em nós (Sharmila, 22 anos).*

Nos trechos acima citados, podemos perceber que as estudantes entendem o assédio sexual em duas dimensões. A primeira referente às insinuações sexuais na qual se observa o interesse do professor pela estudante e como forma de transparecer isso à ela, ele recorre às ligações, mensagens e olhares. A outra, neste caso a segunda dimensão é referente ao aliciamento no qual os professores fazem promessas de emprego, de estágios e de passagem de ano.

Olhando para estas duas dimensões presentes no discurso das estudantes que sofrem assédio sexual, leva-nos a perceber que as estudantes definem o assédio sexual como toda a acção de carácter sexual, intencionada do professor para a estudante que ocorre no âmbito das relações específicas do espaço universitário que pressupõe à uma imposição indesejada no contexto de uma relação desigual de poder.

A visão que as estudantes têm sobre o assédio sexual vai de acordo com o estudo de Osório (2007) sobre a socialização escolar: educação familiar e escolar e violência de género nas escolas, quando argumenta que o assédio sexual é um tema amplamente conhecido, debatido e objecto de rumores pelos/as jovens e é reconhecido como um acto visando estabelecer uma troca de favores sexuais pelo bom aproveitamento escolar e promessas de emprego. Os estudos de Morais (2015) e de Barroso (2019), consideram que as mulheres têm sido grandes alvos do assédio devido à cultura patriarcal na qual os homens têm a visão da mulher enquanto um ser destinado a geração de vida, de prazer e de cuidadora do lar.

Esta ideia também é reforçada por Ferraz (2017), quando mostra no seu estudo que as representações que os professores fazem do corpo feminino e as percepções das estudantes sobre o assédio sexual são reforçadas pelas relações específicas que são perpetuadas no espaço universitário. Teixeira e Rampazo (2017) *apud* Sá e Folriani (2017), considera que estas relações, na maioria das vezes, são caracterizadas por relações desiguais de poder entre os géneros, colocando, assim, um pensamento desnaturalizado sobre a objectivação sexual das mulheres.

À luz da teoria de Touraine, podemos considerar que as sociedades contemporâneas vêm vivendo um contexto de mudança de consciência feminina, conduzindo para o reconhecimento da exploração da qual as mulheres foram submetidas e da necessidade de posicionar-se contra esta mesma realidade (Touraine, 2002).

Desta forma, também se pode verificar na fala de algumas estudantes que, ao se posicionarem contra essa realidade, empregam estratégias com vista a contornar a situação, relata a Sharmila e a Clara de 22 anos (...) *evitar encarar os professores, evitar se levantar na sala de aula, evitar usar roupas curtas e decotadas*. Entretanto, as estudantes descreverem como uma atitude que não as oprime, e sim, que possibilita nelas a emergência de uma consciência de sujeito que descobre em si um fundamento da sua própria existência.

Esta consciência permite que as estudantes percebam que lhes é expropriada o direito de se formar na academia como as outras, de ser mulher e de circular livremente no recinto universitário. Deste modo, passa a não se rever todo o tipo de relação que produz assimetrias para consigo mesmo e com os outros, imprimindo um movimento de construção de si que pode ser compreendido e definido como “uma manifestação da oposição ao estatuto social que é imposto às mulheres pelo poder masculino e que, acima de tudo, as impede de ser actrizes de sua própria existência, mais ainda, do conjunto da vida social (Touraine, 2002).

Nesta sessão podemos aferir que as estudantes percebem quando elas estão diante de uma situação de assédio sexual. Esta percepção permite que elas ajam, não mais através da óptica do dominador que se opõe nas relações específicas do espaço universitário, como quem tem uma condição de dominação. Portanto, é o este movimento que possibilita a adopção de estratégias com vista a enfrentar o assédio sexual. Na sessão a seguir, passamos a apresentar e analisar as experiências das estudantes que sofrem assédio sexual.

### **3.1. Experiências de Assédio Sexual no Espaço Universitário**

Quando perguntadas às estudantes acerca da sua experiência de assédio sexual na universidade, a Karen, de 38 anos, referenciou que: (...) *o primeiro foi o mais directo e insistente*. Este facto demonstra que o promotor foi específico em relação aos seus objectivos para com a estudante, demonstrando que continuará a persegui-la. A Matilde, de 26 anos, disse que: (...) *primeiro pediu-me desculpas por ter agido daquela forma comigo*. Diferentemente do caso ilustrado no primeiro estrato, este mais tarde reconheceu ter imprimido actos violentos à estudante.

Relativamente ao mesmo assunto, a Sharmila, de 22 anos, refere ter passado por uma situação bastante constrangedora, dividida a forma como a olhava. Esta fala, faz nos perceber que o assédio é um fenómeno bastante subjectivo, podendo ser visto e sentido de diversas maneiras. E por este motivo torna-se mais difícil identifica-lo. Vejamos os aspectos referidos acima com mais detalhes, nos depoimentos abaixo:

*[...] eu acredito que fui assediada por dois professores. O primeiro foi o mais direto e insistente. Na verdade, os dois foram porque alegavam que podiam arranjar emprego para mim...tinha medo de me chumbar. Então eu não dizia nem que sim e nem que não, e não lhe tratava mal porque tinha medo que o professor me reprovasse (Karen, 38 anos).*

*[...] No momento eu senti como se eu estivesse pelada em frente a ele. Fiquei muito constrangida. Eu nunca havia sentido aquilo ali antes. Mas quando ele me olhou e fez aquele gesto, de tanto eu me sentir constrangida até preferi sair, não ficar na sala, porque é como se ele tivesse tirado algo dentro de mim que eu não sabia dizer o que é (Sharmila, 22 anos).*

*[...] E no ano seguinte foi um ano muito difícil para mim porque, quando eu falasse em sala de aula o professor simplesmente ignorava a minha opinião (Matilde, 26 anos).*

Em todos os depoimentos, podemos notar a existência de algo em comum, o medo. Em termos analíticos, podemos constatar que o medo, na maioria das vezes, indica qual é o lugar das estudantes nas relações sociais, quem é o mais forte e quem está desprotegido. Em alguns casos, podemos notar a tendência de as estudantes culpabilizarem o seu corpo e o tipo de roupa que elas vestem. Os pensamentos relacionados à culpabilização podem implicar em consequências traumáticas na vida das estudantes, como o abandono do curso, desistência do projecto de final de curso, prejuízos emocionais e físicos. Como podemos notar na fala das seguintes estudantes:

*[...] É que nós estudantes também vestimos roupas que não ajudam. Na minha turma realmente nós exageramos um pouco. Então os professores acabam vendo que nós estamos acessíveis. E quando a pessoa quer algo consigo, tu vês pelo olhar e é por isso que dizem que os olhos falam. Nós percebemos como ele olhava para cada uma de nós, quando nos levantávamos da forma que olhava, era normal seguir a estudante até a porta (Shélcia, 22 anos).*

*[...] Me senti culpada porque primeira coisa eu nunca gostei de por saias, roupas apertadas, sempre gostei de um estilo assim meio masculino (Matilde, 26 anos).*

*[...] Se o professor assedia é porque a assediada deixou ou então a assediada fez algo para que o professor a assediasse.... Eu acho que vestia para a faculdade de uma maneira normal, é verdade que às vezes eu punha uma saia e uma blusa meio decotada (Karen, 38 anos).*

Estes dados entram em concordância com os estudos de Freitas (2016), quando argumenta que todas as universidades têm, em comum, casos em que as estudantes são culpabilizadas e, ainda, desencorajadas a denunciar. Ainda segundo os autores, quando o assédio sexual é cometido por professores, a intimidação é ainda maior pelo facto de o abusador ter uma grande influência dentro do ambiente académico.

Entretanto, segundo Orts (2009), sobre os indivíduos, inclui mais a forma como elas enfrentam as situações do que as situações propriamente ditas, daí que, mediante o assédio ser sujeito implica ter uma actitude activa diante dos desafios. Em concordância, Madariaga (2014), acrescenta que reconhecer o trauma, superar o medo de cair novamente na situação de assédio são condições cruciais que facilitam na transformação de um estado de vítima a de sujeito.

Tendo em conta a discussão feita acima, Touraine (2002), considera que indivíduo, sujeito e actor social indicam os diferentes níveis de consciência e conduta. As questões mencionadas com o medo e a culpabilização, em Touraine, situam-se ao nível da consciência do indivíduo onde encontra-se reflectida e misturada o pensamento e a experiência. Nesta fase, o pensamento e as acções das estudantes que sofreram o assédio sexual, ainda sofrem influência dos factores sociais.

Entretanto, Touraine (2002), considera que é destas experiências que os sentimentos e as relações de negação que emergem o sujeito que recria um sentido para a sua vida em oposição às representações e as normas impostas pela ordem social e cultural. Para explicar essa transformação de indivíduo para sujeito, o autor recorre ao conceito de subjectivação que refere à um processo de auto socialização no qual os indivíduos têm a capacidade de reorientar as normas, conduzir as experiências de assédio, ou de dominação masculina de modo autónomo sem que isso implique no seu desligamento com a colectividade (Touraine, 2002).

De um modo geral, se pode verificar nos depoimentos que o assédio sexual se configura enquanto uma relação de negação ao exercício dos direitos humanos. É com base nela que



emergem sujeitos que reivindicam a igualdade de género nos espaços públicos e a sua autonomia. As múltiplas experiências de assédio sexual produzem sujeitos com conhecimento do que buscam, nas relações sociais, com capacidade de rejeitar e interiorizar o que lhes for mais conveniente.

#### **4. Motivações Sociais que Levam as Estudantes a Denunciar e não Casos de Assédio Sexual na Universidade**

Ao analisarmos o processo de constituição da denúncia e não denúncia, foi possível identificar, a partir das experiências vividas pelas estudantes, a existência de duas categorias de sujeitos, a saber: o primeiro diz respeito às que denunciam e o segundo compreende às que não denunciam. Nas duas categorias, as estudantes apresentam condutas diferentes que correspondem a certos níveis de consciência.

##### **4.1. Motivações Para a Denúncia**

Nesta sessão, analisamos as motivações para a denúncia enquanto práticas sociais de natureza contestatória que resultam de um processo em que as estudantes experimentam situações que impactam o seu modo de viver, pressupondo, deste forma, uma organização do agir que consente a obtenção de determinados objectivos.

*[...] Eu já estava disposta a denunciar porque quando saí da conversa com o professor percebi que ele não tinha intenções não muito boas para comigo, e isso ficou claro para mim quando ele disse, queres que eu faça o quê para que eu possa mudar a sua nota...acabei fazendo expondo o caso para alguns professores no departamento...Sou representante da turma, meus colegas quando me olham esperam muito de mim (Matilde, 26 anos).*

*[...] Bom, eu fiquei com raiva sim, razão pela qual eu fui dizer na directoria o que estava a acontecer... e eu sabia que minhas duas colegas também passavam por aquilo, então eu falei com elas para que nós fossemos dizer. Na universidade, na verdade eu tirei algum proveito da situação, porque as minhas notas iam bem, quando senti que as coisas estavam a ficar serias, estava a forçar as coisas... fiz uma queixa não formal, só falei com uma docente para ver como podia contornar isso (Clara, 22 anos).*

As motivações apresentadas acima são frequentes no quotidiano de muitas raparigas e transparecem frustrações que as estudantes carregam consigo desde o início do assédio. Outrossim, esta condição muda em momentos de fortes emoções nos quais as estudantes se deparam num viés entre ceder e não ceder.

Estes aspectos podem ser verificados de forma clara no depoimento da Matilde, de 26 anos, quando refere como uma das motivações para a denúncia o facto de ela já *ter tido anteriormente experiência de assédio* e que na segunda experiência pesou mais o facto *de ser representante de turma e ser conhecida como uma estudante dedicada*. Enquanto, no caso da Clara, de 22 anos, afirma ter tido experiência de assédio no âmbito familiar, no ensino geral e superior, tendo como uma das motivações para denúncia o facto da situação *ter saído de controle*, aliando ao facto de já ter passado por situação idêntica no ensino médio.

A respeito disso, Teles (2012), considera que a mudança de significado se dá como resultado de um processo onde os indivíduos experimentam situações fortes e que chegam a colocar a sua credibilidade perante aos outros em causa e extravasando os limites por eles imposto, obrigando-os, deste modo, a rever os limites de significação até então atribuída e alterá-los.

Em concordância, Araújo (2002), mostra que no quadro das relações hierarquicamente desiguais entre os géneros, as mulheres têm consciência da dominação masculina socialmente legitimada e elas toleram que sejam tratadas como coisas, no entanto, accionam mecanismos alternativos. No caso das estudantes, quando a situação as coloca expostas perante os colegas e coloca em causa o seu status.

À luz da teoria, se pode considerar que a partir do momento em que os indivíduos se opõem às formas de dominação, ele passa a repensar na sua relação com o mundo, nos seus papéis e a assumir uma postura criativa frente à realidade social e aos poderes que coexistem. Essa transformação dá-se na vontade de escapar das forças, das regras e dos poderes que as impedem de se reflectir e ser autónomas nas suas escolhas. O acto de denúncia não é algo que depende do processo de socialização, mas sim, em grande parte, da subjectividade pessoal dos que a reivindicam (Touraine, 2002).

Deste modo, o acto de denúncia pode ser vinculado ao processo de constituição do sujeito, na medida que, por um lado, indica que as estudantes se opõem às relações de negação e, por outro lado, indica que as estudantes buscam através das lutas diárias pelo seu reconhecimento como mulheres, pessoas de direito e autónomas.

Nesta sessão, se pode tirar ilações de que a forma como os indivíduos vivenciam o quotidiano influi na representação que fazem de si mesmas e dos outros, e na direcção que as suas acções tomam. As situações abusivas potenciam a emergência do sujeito, pois o indivíduo, quando é ameaçado de ser esmagado pelas forças dominantes, procura formas de escapar, criando lógicas de dominação. Neste sentido, as motivações apresentadas pelas estudantes fazem com que não aceitem, rompam e não contribuam para reconhecimento desta relação (dominador e dominada). Passamos, agora, a ver quais são os caminhos que levam à constituição da denúncia.

#### **4.2. Motivações Para a não Denúncia**

Ao analisarmos as motivações para a não denúncia, parte-se do pressuposto de que as estudantes, que sofrem o assédio sexual, durante as suas experiências de vida interpretam situações do quotidiano segundo seus interesses, aspirações e crenças o que significa que as estruturas da vida quotidiana não são avaliadas constantemente segundo os padrões sociais.

Relativamente as motivações para a não denuncia algumas estudantes afirmam que o mesmo acontecia devido a falta de meios para provar que efectivamente houve assédio sexual, assim como por questões ligadas ao medo de ser conotada como culpada e outras afirmaram que o mesmo acontece porque as meninas se entregam e são aliciadas com bens materiais, assim como, promessas de emprego. Conforme ilustram os depoimentos:

*[...] ligava para mim e eu em nenhum momento lhe tratava mal.... Porque tinha medo que o professor me reprovasse e queria a proposta de emprego que me fez (Karen, 38 anos).*

*[...] Não sei, tipo parei por aí, não pensei tanto no assunto porque é aquilo de homem é homem, vou falar de um sentido assim mais geral – têm aquilo de dizer algo mas sem dizer...Ele vai dizer em que momento eu te tentei ou te disse alguma coisa que você possa dizer alguém para provar que eu realmente estava a te assediar (Sharmila, 22 anos).*

Estes dados são semelhantes ao estudo de Barroso (2019), ao explicar que o silêncio das vítimas de assédio não significa medo nem passividade, mas uma luta para escapar de uma narrativa feita por outros por isso é difícil denunciar, por receio de sofrer consequências, ter um futuro académico, ou sua liberdade restringida. Segundo o autor, este facto também contribui para

que muitas das estudantes, que sofrem assédio, além de denunciar, acabam optando em partilhar a sua história em ambientes que favorecem a sua fala.

Constatações semelhantes, são evidentes no estudo da Universidade Eduardo Mondlane (UEM, 2019), no âmbito da estratégia de género 2020-2030, que um dos maiores problemas que as estudantes, que sofrem assédio, tem enfrentado é em dar seguimento com a denúncia visto que para a sua eficácia é necessário reunir provas e evidências contundentes.

Diferentemente dos autores, Touraine considera que o facto de as estudantes pensarem sobre as condições e as consequências que podem advir do acto de não denunciar, revela a presença de uma predisposição, ou estímulos para a denúncia, bem como, a existência de uma reflexividade que permite as estudantes de monitorarem suas práticas sociais de maneira consciente. Esta reflexividade social e cognitiva sempre esteve presente na vida das estudantes, entretanto, só se manifesta quando são confrontadas com o desafio de pensar em formas alternativas de conviver face à dominação e à objectivação que lhes é feita (Touraine, 2002).

Um outro aspecto que se pode evidenciar na fala das estudantes é a existência de uma predisposição, ou estímulos para a denúncia que não é efectivada porque ao empreenderem suas acções deparam-se com alguns constrangimentos sociais “medo, falta de representação social da posição de vítima” e constrangimentos subjectivos “expectativa de ter emprego, culpabilização”.que as impedem de denunciar.

Portanto, duma, ou doutro forma, a luz da teoria se pode notar que as estudantes que não denunciam são a mistura da consciência de indivíduo e sujeito, pois expressam em pequenos graus a conduta de sujeito quando pensam em formas de denunciar e a conduta de individuo quando pensam nas consequências que podem advir do acto de denunciar, bem como, os benéficos de manter este tipo de relação (Touraine, 2002).

De um modo geral, o que se pode constatar nesta secção é que as motivações para a não denúncia apresentam duas dimensões, nomeadamente: a primeira que é caracterizada pela imposição dos valores sociais no modo como as estudantes guia as suas acções no espaço universitário e a segunda que é caracterizada pela presença da consciência de sujeito mesmo que seja em pequenos graus da sua acção.

Estes constrangimentos sociais, se situam ao nível dos factores exógenos na medida que as estudantes pensam sobre as oportunidades por detras de manter este tipo de relação, asua acção é fortimente influenciada por questões ligadas ao medo de ser conotada como culpada e a falta de

evidências. Contudo, apesar do cenário descrito, podemos verificar que estes constrangimentos não limitam totalmente a capacidade que as estudantes têm de avaliar as situações pelas quais se encontram inseridas e as condições favoráveis para a denúncia, ou não denúncia. Na secção que se segue, vamos discutir sobre os caminhos que levam a constituição da denúncia e não denúncia.

### 4.3. Os Caminhos que Levam a Constituição da Denúncia

Nesta secção, procedemos com a discussão dos dados referentes aos caminhos que levam à constituição da denúncia. Como mostramos nas discussões anteriores, as estudantes que sofrem assédio sexual, nas relações intersubjectivas constroem representações sobre o espaço universitário e percepções em torno do assédio sexual. Estes conhecimentos adquiridos pela experiência no quotidiano têm possibilitado no desenvolvimento de actos de resistência e de uma consciência de sujeito.

- **Questionamento**

A partir das motivações para a denuncia, se pode notar que os caminhos que levam a constituição da denuncia são perpassados por três fases, a saber, **o questionamento de tudo que as rodeiam**. Este factor, da-se pela capacidade reflexiva que os indivíduos têm, que os permitem em diferentes graus, uma individualização face a outras alternativas, através de perguntas que pode fazer sobre si própria, sobre as suas relações sociais, o contexto em que está inserida. No entanto, esta individualização é frágil porque está sujeita, por um lado, aos ganhos de autonomia e, por outro, às perdas de aceitação (Teles, 2021).

*[...] Ele disse que vinha me buscar, eu disse não a minha colega vai levar-me para casa, o professor insistiu que me viria buscar e eu recusei alegando que ela me deixa em frente de casa...Passou, fizemos o exame de recorrência, saio a nota de todos os estudantes menos a minha, foi aí que eu percebi a gravidade da situação (Matilde, 26 anos).*

Estes dados, entra em concordância com a teoria de Touraine na medida que considera que quando os individuos se questionam sobre as coisas que acontecem no seu quotidiano começam **a voltar para si mesma**. Touraine (2002) considera que é na relação consigo mesmo que os indivíduos passam a se questionar sobre o motivo de serem assediadas e procuram entender os elementos que fundamentam a dominação no qual se encontram submetidas.

Deste modo, o voltar para si mesmo permite com que o indivíduo tenha a capacidade de reconhecer os outros em situações idênticas, reconhecer os seus direitos e deveres. Este elemento, constitui uma força adicional na decisão de denunciar, de ir contra os constrangimentos sociais e assumir a postura com vista na afirmação da sua identidade. De um modo geral, esta colocação leva-nos a aferir que o acto de denunciar é um recurso utilizado pelas estudantes para escapar face à enorme pressão da cultura de massa que é uma forma de negar a coisificação do seu ser nas relações de género, relações hierárquicas e na estrutura social, assim como é o meio pelo qual se pode fazer respeitar a igualdade de direitos entre homens e mulheres em todos os espaços públicos.

- **Ruptura com as forças de dominação**

A fase a seguir, consiste na **ruptura com as forças de dominação**, com as forças que lhe impedem de se constituir como sujeito. Touraine (2002), acrescenta que quando as estudantes agem contra os constrangimentos sociais, automaticamente entram *conscientemente em conflito com as forças dominantes* que lhe negam o direito e a possibilidade de agir como sujeito, através de actos como, não aceitar as chantagens, busca de ajuda e submissão de queixas. Veja o depoimento a baixo:

*[...] Ele ficou alterado, disse como é que você foi queixar... Eu disse, mas eu já expos o caso no departamento, acho que vamos resolver em janeiro. Prontos, nesse dia até chorei porque fiquei muito nervosa. E quando saio do carro dele, ele disse volta cá, eu disse não se o professor não tem nada para fazer deixa-me ir vamos resolver o caso em janeiro... Mas depois da conversa que tivemos a lhe dizer que foi denunciar, ele mudou a nota e prontos (Matilde, 26 anos).*

Para Touraine (2002), esta acção conflituosa também pode ser vista como uma postura política na medida que se estabelece contra os imperativos do sistema social que ameaçam a liberdade individual e criadora. O autor considera que ao analisar-se a quem é direccionado o conflito, tem de ser tomar em consideração duas forças dominantes, isto é, ao nível mais concreto encontra-se *os protagonistas do assédio* que procura apropriar-se do corpo feminino e a um nível mais abstracto está a *estrutura social* que preserva normas, regras e práticas que visam reprimir os indivíduos (Touraine, 2002).

Ao tomarmos em conta estas duas dimensões, se constata que a acção de denunciar configura-se enquanto uma postura política que implica modificações na forma como o corpo feminino é visto e os sectores organizacionais da vida social concebem/percebem a mulher, pois é através das instituições sociais e da socialização que se promove assimetrias de género que colocam as mulheres em situações de dominação masculina.

- **Concepção de uma imagem de si mesma**

Na terceira e última fase, o autor considera que é no confronto com as estruturas de poder social e com os promotores do assédio que os indivíduos constroem uma *concepção de quem elas são*, ou seja, quando os indivíduos que vivem em cada uma das estudantes por meio de subjectivação, descobrem-se como totalidade, razão, crença, tradição, cultura, sexualidade e política. Nesta fase, as estudantes passam a se colocar diante delas mesmas com um olhar que percebe e avalia o que elas são, partindo da consciência delas mesmas e daquilo que elas querem ser (Touraine, 2002). A formação da consciência de sujeito só pode se efectivar quando ela volta para si e para os outros, de modo a lutar contra qualquer forma de dominação, opressão e imposição ao nível das práticas quotidianas e institucionais.

Conforme apresentado na secção referente às motivações e com base nos depoimentos apresentados acima, se verificou que os elementos determinantes para que as estudantes optassem em denunciar tem a ver com a posição de representante de turma que ocupa, o que noutros termos significa que existia uma reputação académica e pessoal a zelar. Um outro elemento relacionado ao desgaste, que influi no acto de denunciar é o conhecimento da existência de outras colegas que passavam pela mesma situação, sendo está, uma decisão conjunta de denunciar.

Nesta secção, também se pode constatar que o acto de denúncia ocorre como um mecanismo de reivindicação dos seus direitos como mulher e estudante. Ele também é uma forma de se impor à reprodução dos valores patriarcais que tendem a produzir assimetrias de género e poder. Neste processo ocorre a decomposição do eu social e invenção de um projecto pessoal construído individualmente, ou com apoio de amigos. A disposição da denúncia é construída na interacção social e é produto das experiências específicas de assédio sexual vivenciadas pelas estudantes, ou seja, a forma como os indivíduos vêm e sentem o quotidiano resulta de um processo racional de significação constante dada pelas experiências diárias.

Deste modo, a importância da denúncia tem a ver com a visibilidade do problema da violência, sendo necessária também para a sua análise e combate. Como afirma Garcia e Bedolla

(s/data), a denúncia, promovida pelas mulheres, pode dar uma indicação do nível da resistência das mulheres à violência que as afecta ao mesmo tempo que proporciona não só indicadores sobre a complexidade e diversidade do problema, como elementos-chave para a combater.

#### **4.4. Caminhos Para a Constituição da não Denúncia**

No caso das estudantes que não denunciam, quando analisadas as motivações e a experiência de assédio percebe-se que as estudantes têm consciência de que o assédio é um tipo de violência. Entretanto, elas não denunciam devido à falta de evidências e, em alguns casos, o medo de falta de representação em razão da posição de vítima que assumiriam e por acreditarem nas promessas de emprego.

As pessoas alvo de assédio sexual têm dificuldade de reconhecer e fazer reconhecer que são vítimas de assédio sexual, ou moral. Em relação a isso, Lourenço et al. (1997) afirmam que a vontade das mulheres para denunciar pode ser desencorajada pela existência de muitas lacunas na lei sobre esta matéria, onde é constituído apenas o sujeito masculino como sujeito de direito. Isto complementa-se com o assinalado por Duran Febrer (2004): “Quando uma mulher denuncia, transgredir uma norma patriarcal arcaica que continua instalada na nossa sociedade, a qual obriga ao silêncio e a não ser crítica com o sofrimento que o violento lhe causa”. Com efeito, a maioria das vítimas está consciente destas restrições.

Portanto, não sendo possível o enfrentamento do assédio à esses níveis, dificilmente estes sujeitos não poderão entrar em **conflito com as forças opressoras** e construir uma **concepção geral de si mesma** que não esteja fortemente vinculada aos sistemas de opressão. No caso das estudantes universitárias, nota-se que a relação de negação associada à falta de representação social de que ela é “vítima”, produz nas estudantes que não denunciam, sujeitos caracterizados pela falta de reflexividade social que, conseqüentemente, faz com que adoptem uma postura defensiva, actuem e se comportem de modo a proteger a sua autoimagem e aquilo que consideram importante para o alcance dos seus objectivos (terminar o curso sem prejuízos e sem já mais ceder às chantagens) (Touraine, 2002).

Contudo, nota-se que o facto das escolhas serem positivas, ou negativas não implica na sua constituição dos indivíduos enquanto sujeito visto que o que dita a construção do sujeito é a capacidade de fazer mudanças, de fazer escolhas entre denunciar e não denunciar e sobre a sua condição de existência. Pois, segundo o autor, em alguns casos a superação de si, implica resistir



às forças opressoras e em alguns momentos pôr em risco o seu próprio corpo, mesmo que isso traga consigo sofrimento (Touraine, 2002).

## Considerações Finais

O processo de constituição da denuncia e não denuncia por parte das estudantes que sofrem assédio sexual foi objecto de estudo desta pesquisa. O campo de análise foi a universidade Eduardo Mondlane – Faculdade de Letras e Ciências Sociais, onde se procurou compreender os processos pelos quais as estudantes do ensino superior que sofrem assédio sexual constituem os caminhos para efectuar a denúncia e não denúncia.

Ao realizamos a análise e interpretação dos resultados, se teve como quadro teórico a teoria do sujeito de Touraine que permitiu explorar os níveis de autonomia no curso da acção e poder de decisão que as estudantes têm diante de uma relação de dominação. Como forma de lidar com este desafio, se adoptou uma abordagem e um método qualitativo, pelo que, permitiu a cessar o conhecimento das estudantes sobre esta temática, perceber as suas experiências e o potencial das mesmas na decisão de denunciar e não denunciar.

O estudo identificou um conjunto de representações sobre a universidade e percepções sobre o assédio sexual. Sendo que estas são apresentadas pelas estudantes como resultado de factores endógenos e exógenos. No que se refere aos factores exógenos, a literatura e os dados mostram que as estudantes pensam sobre as oportunidades decorrentes de estar a frequentar o ensino superior e sobre o assédio sexual, estas ideias encontram expressas no quotidiano das estudantes por meio de discursos interpretativos dominantes que são reproduzidos por meio das estruturas dominantes e de socialização, que, para além de influenciar nas escolhas dos indivíduos (denunciar e não denunciar), oferece uma visão inferior e objectificada da mulher. Nos factores endógenos, nota-se que as experiências individuais vivenciadas nas relações intersubjectivas dentro e fora da universidade, assim como, a relação de negação influencia no desenvolvimento por parte das estudantes de uma consciência de sujeito voltada para si mesma e para os outros, e por meio da denúncia na busca pela sua autonomia.

A presença de estímulos exógenos e endógenos, nos casos de assédio sexual, influencia na decisão de denunciar e não denunciar, quando os indivíduos em presença de estranhos, o local, o grupo social ao qual pertence, as determinações morais provenientes dos valores familiares ou sociais interferem no desenvolvimento de acções com vista a confrontação de situações ligadas violência de género ou incitam o individuo na busca pela sua liberdade. Deste modo, o conceito de sujeito adoptado neste estudo, bem como, os factores exógeno e endógenos, nos mostram que o comportamento humano resulta de complexas combinações de elementos, e que, nenhum deles

constitui um determinante exclusivo, ainda que, em uma dada condição, algum factor possa prevalecer sobre os demais.

Estes conhecimentos possibilitam com que as estudantes ao invés de reproduzir dinâmicas incrustadas nas relações desiguais de género e poder, produzam estratégias com vista a concretizar os seus objectivos e desenvolvam formas de lidar de frente com o assédio sexual na universidade. O estudo também constatou que as múltiplas experiências de assédio sexual produzem sujeitos com consciência do que buscam nas relações sociais. Estas experiências às capacitam, no sentido de as estudantes passarem a ter a capacidade de rejeitar e interiorizar o que lhes for mais conveniente, de avaliar as situações pelas quais encontram-se inseridas e as condições favoráveis para denunciar ou não.

Portanto, se pode constatar que a partir do momento que as estudantes adotam uma postura contestatória e actos de resistência contra os promotores do assédio passam a construir um espaço para denúncia e não denúncia, que se dá em três níveis, isto é, quando as estudantes que sofrem assédio sexual passam a se relacionar consigo mesma e com os outros, e por conseguinte entram em conflito com as forças dominantes, possibilitando desta forma, no desenvolvimento de uma concepção geral de quem realmente elas são ou na afirmação da sua identidade pessoal.

Neste sentido, a existência nas estudantes de uma consciência de sujeito nos mostra que a opção de denunciar e não denunciar é uma escolha que acarreta custos e benefícios para qualquer uma das estudantes. Assim como, depende em grande parte dos objectivos definidos por cada uma delas e da subjectividade pessoal dos que reivindicam tais práticas abusivas e o seu lugar no quotidiano.

Um das limitações deste estudo, foi em termos de cobertura da amostra e revisão da literatura, ou seja, se teve acesso limitado a estudantes que denunciaram situações de assédio na universidade e poucos estudos que discutissem sobre esta temática. Em termos de pressupostos teóricos, não se conseguiu aprofundar a ligação entre a conjuntura económica, social e política actual e os caminhos que levam a denuncia/não.

Como recomendação para investigações futuras nesta temática, se salienta a importância de alargar a amostra de participantes que decidiram denunciar o assédio sexual, analisar as diferentes formas de manifestação do assédio na universidade, os níveis de dependência das estudantes em relação aos promotores de assédio. Também se recomenda a adopção de uma abordagem teórica mista, isto é, que concilie os pressupostos de Touraine e de Erving Goffman, de modo a

compreender como os modelos de desenvolvimento actual potenciam na emergência de sujeitos com capacidades de fazer ruptura de um quadro de dominação à de agenciamento.

## Referências Bibliográficas

- ActionAid (2008). Manual de Campanha: Não ao Abuso Sexual contra a Rapariga na Educação. Maputo. S/ed.
- ASSIS, Davis e GERKEN, Carlos (2011). Escolhas da Vida Pós Ensino Médio e Representações sociais da universidade Pública. *Psicologia em Revista*. Belo Horizonte, V. 17, N.3.
- ASSIS, Simone e ANDRADE, Cristina (2018). Assédio Moral no Trabalho, Gênero, Raça e Poder: Revisão da Literatura. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*. Rio de Janeiro. Fundação Osvaldo Cruz.
- BARROS, José D'Assunção (2011). Sobre os Conceitos nas Ciências Sociais Humanas e Sociais: Uma contribuição ao ensino de Metodologia. *Revista Electrónica de Iniciação Científica Tecnológica e Artística*. S/1, vol.1, N° 5.
- BARROSO, F; BOECKE, D. et al (2019). As Relações Assédio Sexual no Âmbito Universitário: A Dualidade entre Silêncio e Visibilidade dentro da Universidade Federal de Ceará. *Apresentada na IX Jornada Internacional de Políticas Públicas*. N°16.
- BOURDIEU, Pierre (2003). *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Barsil.
- CASTRO, Paulo. (2002). Notas Para Uma Leitura da Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici. *Análise Social*. Vol. 164.
- COELHO, Vânia Maria (2008). *Assédio sexual no ambiente de trabalho*. Disponível em: <http://www.fadiva.com.br/documentos/jusfadiva/2008/7.pdf>
- CUNHA, João Tobias (2017). *Assédio Sexual no Âmbito das Relações Laborais*. (Dissertação de Doutorado, Departamento de Ciência Política - ISCTE. São Paulo).
- DA SILVA, S (2017). Assédio Sexual no Trabalho: Perguntas e Respostas. In: *Organização Internacional do Trabalho*. Brasília.
- DOS SANTOS, Eugénio. C. J (2011). *Análise do Abuso Sexual da Rapariga e o Papel da Gestão nas Escolas Primárias e Moçambique*. (Dissertação de Licenciatura, Faculdade de Educação-UEM. Maputo).

- DOS SANTOS, M. C (2016). *Corpos em Trânsito: Um estudo sobre o Assédio sexual nos Transportes Coletivos de Aracaju*. (Dissertação de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão).
- FARIAS, M. R. *et al* (n/d). O Papel Epistemológico da Teoria e da sua Importância para o avanço da Pesquisa Científica em Contabilidade. S/l.
- FERRAZ, A. C. N (2017). *Professores Assediadores: O Assédio Sexual na Universidade de Brasília*. (Dissertação de Bacharelado, Universidade de Brasília, Brasília).
- FERRAZ, Ana (2017). *Professores Assediadores: O Assedio Sexual na Universidade de Brasilia*. (Dissertacao de Bacharel – Universidade de Brasilia – Departamento de Serviço Social).
- FIALHO, J (2015). *Pressupostos para a Construção de uma Sociologia das Redes Sociais*. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. N<sup>o</sup>29.
- FÓRUM MULHER (n.d). *Relatório de Violência Sexual: Basta o Silencio*. Maputo.
- FREITAS, M (2001). Assédio Moral e Assédio Sexual: Faces do Poder Perverso nas Organizações. *Revista de administração de imprensa*. Vol 13, N<sup>o</sup>15.
- GIDDENS, A. (1991). *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP.
- GIDDENS, A. (2009). *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- GOMES, Cláudia. (2010). *O Lugar do Sujeito na Inclusão Escolar: Percalços e Fracassos nas Relações de Subjectividade*. (Dissertação de Doutorado, Universidade Católica de Campinas, São Paulo).
- GOMES, Mariana. (2018). *Assédio Sexual no Meio Universitário: Formas de Resistência e Mobilização*. (Dissertação Bacharelado Internacional em Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora. Brasil).
- GONSALVES, E. P. (n/d). *O Conceito de Configuração social em Norbert Elias – Espaço de Ambivalência*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Paraíba. Brasil).
- HIGA, F. C. (2016). Assédio Sexual no Trabalho e Discriminação de Género: Duas Faces da Mesma Moeda. *Revista de Direito GV*, V.12 N.2.

JAGWANTH, S. P. et GRANT, B. (Eds). (1994). *Women and the Law*. Pretória. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/938/93824899002.pdf>

MACAMO, Elísio. (2004). Ler Moçambique Sociologicamente In: *A Leitura Sociológica: Um Manual Introdutório*. Maputo: Empresa Universitária.

MAGALHÃES, M. J. (2011). *Assédio Sexual: Um Problema de Direitos Humanos das Mulheres*. Universidade de Porto, São Paulo. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/259622729>

MEPT (2020). *Estudo sobre assédio sexual nas escolas*. Maputo. Disponível em: <https://mept.org.mz/wp-content/uploads/2020/01/Layout-do-estudo-sobre-o-assedio-sexual-nas-escolas-MEPT.pdf>

MIRANDA, A, et al. (2014). Relações de género e poder: um estudo com professoras-gerentes em uma universidade pública. *Revista administração em diálogo*. Vol. 6, N<sup>o</sup> 36.

MORENO, P. F et SORES, A. B. (2014). *O que Vai Acontecer Quando Eu estiver Na Universidade? Expectativas de Jovens Estudantes Brasileiros*. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-03942014000200009](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942014000200009)

MOSSE, Marcelo e CORTEZ, Edson (2006). A Pequena Corrupção no Sector na Educação em Moçambique: Documento de Discussão N<sup>o</sup>2. *Centro de Integridade Publica de Moçambique*. Maputo.

NASCIMENTO, Eduardo. P. (2009). *Jovens e Educação Superior: As Aspirações dos Estudantes dos cursos Pré-vestibulares Populares*. (Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo).

NUNES, João Arriscado. (2006). Erving Goffman: a Análise de Quadros e a Sociologia da Vida Quotidiana. *Revista de Ciências Sociais*, Número 2, P. 199-219.

Organização Internacional do Trabalho (2018). *Acabar com a Violência e o Assédio Contra Mulheres e Homens no Mundo do Trabalho*.

OSÓRIO, Conceição. (2007). A Socialização Escolar: Educação Familiar e Escolar e Violência de Género nas Escolas. *Publicado em Outras Vozes*, n<sup>o</sup>19, 2007.

- PENNA, Camila. (2012). Reflexividade e Agência na Teoria Sociológica Contemporânea. *Universidade do Vale do Rio dos Sinos*, vol. 48, núm. 3.
- PETERS, Gabriel. (2011). Admirável senso comum? Agência e estrutura na sociologia fenomenológica. *Ciências Sociais Unisinos*, Vol. 47. Brasil.
- RAMOS, J. A (2018). *A Proteção de Denunciantes de Corrupção e Criminalidade Conexa* (Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, Lisboa).
- República de Moçambique (2018). *Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Baseada no Género 2018-2021*. Maputo.
- RICHARDSON, Roberto Jerry. (1999). *Pesquisa Social: Métodos e Pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- SÁ, S et FOLRIANI, M (2017). *Assédio sexual: O poder do Macho na Universidade*. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/revistaeas/article/download/27415/15944/95033>
- SENIOR, Ian. (2006). *Corruption – The wolds Big C*. Editora Great Britain.
- SIEGEL, R. B. (2003). *A Short History Of Sexual Harassment, Connecticut*. Editora Great Britain: Yale Press.
- SILVA, J. (2019). Sociedade e Indivíduo: A Sociologia Configuracional de Norbert Elias. *Revista Electrónica de Ciências Sociais*, n. 19.
- SOUSA, A. S, OLIVEIRA, S.O, ALVES, L. H (2021). A Pesquisa Bibliográfica: Princípios e Fundamentos. *Cadernos de Fucamp*, Vol.20, n.43, p.64-83.
- TELES, N. (org). (2012). *Rostos de Mulheres*. Maputo: CIEDIMA.
- TELES, N. et al (org). (2011). *Impactos da Violência: Moçambique e Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- TORRES, Anália et al. (2016). *Assédio Sexual e Moral no Local do Trabalho*. Lisboa: CITE editora.
- TOURAINÉ, Alain. (2002). O Retorno do Sujeito in: *A Crítica da modernidade*. 7.ed. Vozes: Petrópolis.



TOURAINÉ, Alain. (2005). *Um novo paradigma para compreender o mundo de hoje*. Vozes: Petrópolis.

TOURAINÉ, Alain. (2007). *O mundo das mulheres*. Vozes: Petrópolis.

UMAR .(2015). *Assédio Sexual é Violência*. Lisboa.

UNFPA e ONUSIDA. (2009). *Respondendo ao Assédio Sexual e Abuso Sexual nas Escolas*. Maputo.

VERANESE, Marília e LACEDSA, Luis (2011). O Sujeito e o Indivíduo na Perspectiva de Alain Touraine. *Revista Sociedade e Cultura*. Goiania. V.14, N.2.

WEBER, Max (2004). *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. Vol.2. Trad. Regis Barbosa e Karen Barbosa. São Paulo. Editora Unb, Imprensa Oficial.

## **Anexo1**

### **Guião de Entrevista em Profundidade**

#### Perfil Sociodemográfico das Estudantes

- Idade
- Estado Civil
- Profissão
- Curso
- Ano de frequência

#### Captar as percepções das estudantes sobre o assédio sexual

1. O que entende por assédio sexual?
2. Já teve uma experiência de assédio sexual? Se sim fale-me dela.
3. Quando percebeu que estava sendo assediada?
4. Com quem partilhou essa experiência?
5. Como se sentiu? E como se sente actualmente?

#### O que leva as mulheres vítimas a denunciarem casos de assédio sexual.

6. Tem um bom relacionamento com os seus colegas, professores e com os outros funcionários desta faculdade?
7. Como se sentiu, qual é o sentimento de ser assediada?
8. O que fez para lidar com esta situação?
9. Alguma vez já pensou em denunciar? Se sim ou não, porquê?
10. E já denunciou um caso de assédio sexual? Se sim, por quê denunciou?
11. E de quem partiu a iniciativa de denunciar?

#### Compreender o tipo de apoio prestado

12. E partilhou com alguém que estava a passar por esta situação? Se sim, porquê partilhou?
13. Teve apoio de alguém durante o momento que sofreu o assédio?
14. E quando optou em denunciar teve apoio institucional, de colegas, amigos ou familiares?
15. E qual foi a reacção dos colegas, amigos e familiares quando souberam que estava a ser assediada?

## Anexo 2

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Este documento visa sua permissão para participar da pesquisa sobre **Assédio Sexual na Universidade Eduardo Mondlane: Um Estudo sobre o Processo de Constituição da Denúncia e Não Denúncia por Parte das Estudantes, Cidade de Maputo**. Os objetivos são o de compreender os caminhos que levam as estudantes a optarem por denunciar e não casos de assédio sexual na universidade.

Por intermédio desse Termo são garantidos os seguintes direitos: (1) solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre a pesquisa; (2) sigilo absoluto sobre nomes, apelidos, data de nascimento, local de trabalho, bem como quaisquer outras informações que possam levar a sua identidade pessoal; (3) você pode se negar a responder a qualquer pergunta ou a fornecer informações que julgue prejudiciais à sua integridade física, moral e social; (4) opção de solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento; (5) desistir, a qualquer tempo, de participar da pesquisa. A sua participação permitirá o maior conhecimento sobre a realidade do fenómeno a ser estudado podendo trazer subsídios sobre decisões, se assim for necessário.

Declaro estar ciente das declarações contidas nesse “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”, e entendo que serei resguardado(a) pelo sigilo absoluto dos meus dados pessoais e de minha participação na pesquisa. Poderei pedir, a qualquer tempo, esclarecimento sobre essa pesquisa: recusar a dar informações que julgue prejudiciais a minha pessoa, solicitar a não inclusão em documentos de qualquer informação que já tenha fornecido e desistir, a qualquer momento, de participar da pesquisa. Fico ciente também de que uma cópia desse Termo permanecerá arquivada com a investigadora.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022

Participante: \_\_\_\_\_

Assinatura do Pesquisador: \_\_\_\_\_

Endereço: Universidade \_\_\_\_\_

Maputo, junho de 2022